



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 013/014

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 03 DE MARÇO DE 2010

ANO XXXV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Elio Rusch*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Partido Democratas *Plauto Miró*
PT *Pedro Ivo*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
Bloco PPS/PMN *Douglas Fabrício*
Bloco PSB/PRB/PV *Reni Pereira*
Bloco PTB/PR *Jocelito Canto*

Representação Partidária

PMDB - 16: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 08: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Mauro Moraes - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Wilson Quinteiro; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 013

14ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Wilson Quinteiro	15
Dep. Fernando Scanavaca	16
Dep. Dobrandino da Silva.....	17
Dep. Elio Rusch	18
Dep. Antonio Belinati	20
Dep. Luiz Eduardo Cheida.....	22
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	19
Dep. Teruo Kato.....	23
Horário das Lideranças:	
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	21
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	25
Liderança do PMDB	
Dep. Edson Strapasson.....	27
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício	28
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira.....	29
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final.....	31
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos	34

Encerramento da Sessão35

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico

Minuta de Contrato35

DIÁRIO Nº 014

15ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	36
Presenças.....	36
Abertura da Sessão	36
Emenda nº 026/09.....	36
Orador:	
Dep. Elton Welter	37
Promulgação da Emenda	37
Encerramento da Sessão	38

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 013

14ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	03
Presenças.....	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	05
Projetos de Lei.....	12
Pequeno Expediente:	
Dep. Wilson Quinteiro.....	15
Dep. Fernando Scanavaca.....	16
Dep. Dobrandino da Silva	17
Dep. Elio Rusch.....	18
Dep. Antonio Belinati.....	20
Dep. Luiz Eduardo Cheida	22
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch.....	19
Dep. Teruo Kato	23
Horário das Lideranças:	

Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	21
Liderança do PT	
Dep. Tadeu Veneri	25
Liderança do PMDB	
Dep. Edson Strapasson.....	27
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Douglas Fabrício.....	28
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira.....	29
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	31
Discussão/Votação	
Redação Final.....	31
2ª Discussão	32
1ª Discussão	32
Requerimentos.....	34
Encerramento da Sessão	35
Publicações Administrativas:	
Diretoria de Apoio Técnico	
Minuta de Contrato	35

DIÁRIO Nº 013

14ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Caíto Quintana e Fernando Scanavaca.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romaneli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Ademair Traiano, Duílio Genari, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Stephanes Júnior (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Fábio Camargo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 029/10

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, indica ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Gilberto Berguio Martin:

1) a necessidade do Município de Nova Londrina, de uma ambulância devidamente equipada;

2) ou, um micro-ônibus para o transporte de pessoas portadoras de enfermidades que não podem ser tratadas no Município (por falta de tratamento especializado);

3) o atendimento de um outro veículo, conforme a reivindicação da Câmara Municipal de Nova Londrina, visa alcançar a população mais carente do Município, que na sua grande maioria não possui condições econômicas para contratar um transporte particular.

Sabendo da grande preocupação do Governo do Estado com a Saúde Pública, esperamos um pronto atendimento da presente indicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 030/10

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando de suas prerrogativas regimentais, conforme artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta

Casa, indica ao Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião:

1) a necessidade do Conselho Tutelar do Município de Marialva, de receber em regime de doação um veículo usado para o desenvolvimento das suas atividades no atendimento a crianças e adolescentes do Município;

2) Essas necessidades vão desde o recolhimento dos necessitados até a locomoção para Municípios vizinhos (às vezes internamentos);

3) o Conselho Tutelar atua sem o recebimento de recursos que possam ser utilizados nesse sentido.

Conhecendo a grande preocupação do Governo Estadual em apoiar os projetos sociais dos Municípios que visam o atendimento à Criança e ao Adolescente, sugere o atendimentos da reivindicação acima descrita.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

INDICAÇÃO Nº 031/10

SÚMULA:

Propõem a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia no Município de Maripá.

Ao Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - que esta Secretaria de Estado realize viabilização para a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia no Município de Maripá, para atender a Associação de Agricultores local.

II - por proposição do nobre Vereador Nelson Luiz Oening, que nos pede empenho na sensibilização desta Secretaria de Estado. Informamos que esta solicitação atenderá antiga reivindicação e anseios dos moradores da localidade que até os dias atuais têm dificuldades em obter água potável canalizada.

III - o atendimento proporcionará uma melhora significativa na qualidade da água utilizada pela comunidade, provocando, por consequência, a redução da incidência de diversas doenças causadas pela má qualidade da água atualmente utilizada.

IV - portanto estaremos atuando de forma bastante efetiva na melhora da qualidade de vida e saúde de nossa gente, que é nossa obrigação.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

INDICAÇÃO Nº 032/10

SÚMULA:

Solicita o oferecimento de infraestrutura para o Curso Técnico Profissionalizante de Bares e Restaurantes oferecido pelo Colégio Polo de Campo Mourão.

Ao Sr. Secretário de Estado da Educação:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

Considerando que:

1) o colégio unidade Polo de Campo Mourão está oferecendo o Curso Técnico Profissionalizante de Bares e Restaurantes;

2) que o referido curso técnico necessita de infraestrutura mínima para o seu bom funcionamento;

3) que alunos do referido curso estão solicitando melhorias pois querem se tornar bons profissionais.

Solicita:

1) que seja oferecida infraestrutura mínima, como: biblioteca específica, laboratório, mini-cozinha e recursos para a compra de materiais de uso no curso, com o objetivo de formar bons profissionais para o mercado.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 04 de março (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) FERNANDO SCANAVACA

REQUERIMENTO Nº 439

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos e Lei nº 528/09 e 038/10, que dispõe sobre a emissão de declaração de quitação anual de débitos pelas pessoas jurídicas prestadoras de serviços públicos ou privados.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 440

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nº 530/09 e 727/09 e 065/10, que dispõe sobre a fixação de aviso nos hospitais informando o direito do pai, mãe ou responsável, permanecer com seu filho em caso de internação hospitalar.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 441

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER, a anexação dos Projetos e Lei nº 289/09 e 058/10, que dispõe sobre a isenção do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos para portadores de deficiências especiais.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 452

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a retirada por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 515/09, item 05 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Neme, pelo falecimento do Sr. Armando Neme, ocorrido no dia 02 de março do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência à família Neme, através de correspondência a ser encaminhada ao Sr. Vice-Prefeito Armando Neme Filho.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Airton Labres de Oliveira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Alcides de Ávila, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Czelusniak, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Arazy Antunes Alves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cassimiro Loch, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Castorina de Lima Gonçalves, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Cristiano Mayer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Diego Maciel, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Eldri Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Heitor Ramos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Correia de Arruda, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 420

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Kopizinski Pedroso, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 421

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jocelin Gallo, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 422

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário,

rio, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Jovane Dias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luzia Bergmann Ribeiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Miguel Santos Vargas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neuza da Graça de Oliveira Ferreira, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Odete Stinsky, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Oscar Godin Ribas, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Osva-

lado Sebastião Lauer, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 429

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Pedro Adriano dos Santos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 430

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Peterson de Lima, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 431

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Rosemari Machado, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 432

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Ribeiro Carneiro, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 434

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento de Ildo Victório Tonet Tomé, ocorrido no dia 03/03/10, no Município de Guaraniaçu/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, Edna Mioranza Tomé.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Assim como existe o dia da chegada, há também o dia da partida. Queiramos ou não, esta data é inevitável. Sabemos que dói o coração. Sabemos também que o

tempo é o melhor remédio para cicatrizar as feridas. Sabemos que a fé no Pai Criador é a grande terapia que nos auxilia nesta hora de tamanha tristeza.

De toda uma vida, de toda uma jornada, o que deve ficar são as boas lembranças, as boas recordações de uma vida que foi vivida com amor. Ildo Victório Tonet Tomé fez história em vida. Uma história honrada, de trabalho e dedicação ao próximo.

Esposo, pai, trabalhador e amigo, sua existência foi marcada pela forma generosa de ser.

Como trabalhador, lutos incansavelmente para superar as dificuldades. Foi agricultor, membro da diretoria do Sindicato Rural de Guaraniaçu e da Executiva do PMDB a presidente da Associação Comunitária de Barbaquá.

No âmbito familiar, criou com muito esmero e disciplina seus dois filhos: Vinicius e Beatriz. Como marido, sempre foi companheiro, leal e amigo. Casado com a senhora Eda Mioranza Tomé, juntos construíram uma vida e souberam cativar simpatias e respeito de todos.

Enfim, adjetivos não faltam para qualificá-lo, uma vez que em vida deixou uma grande marca de honestidade, humildade e caráter. Todos, com certeza, sentirão amargamente a ausência do senhor Ildo.

Lamentavelmente, partiu para outra jornada, ainda cheio de ideias, de sonhos e esperança. Mas Deus na sua infinita sabedoria sabe o que faz. Por isso confere-me o dever de solicitar apoio aos meus Pares desta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para aprovar o presente voto de condolências a toda família, ao povo de Guaraniaçu e também uma última homenagem ao Sr. Ildo Victório Tonet Tomé.

Aceitem os nossos sinceros votos de pesar.

REQUERIMENTO Nº 433

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de congratulações ao casal Ivaldir Perachi e Inez Bedin Perachi, do Município de Iaranjeiras do Sul, pela inauguração da Rádio Líder Sul 106.7 FM, realizada no dia 19 de fevereiro do ano em curso.

Requer ainda, que seja dada ciência ao casal, enviando correspondência.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Mais do que nunca, vivemos na era da informação. Nos dias de hoje, prescindir da informação é quase que imaginável. Muitos, já iniciam o dia com um ingrediente a mais no café da manhã: a notícia, impressa ou veiculada pela mídia eletrônica.

A necessidade de estar informado, ou melhor, bem informado, já é parte integrante do homem moderno. Informação é sinônimo de socialização. Ela situa o cidadão diante da realidade que o cerca e, assim, permite que

este mesmo cidadão sinta-se presente e co-autor da história contemporânea.

A mídia informa, esclarece, opina, investiga, presta um serviço de utilidade pública e até de entretenimento. Como vemos, o raio de ação é grande, tanto quanto é o poder de formadora da opinião pública.

A mídia cria mitos, elege e derruba líderes, dissemina os valores defendidos pelo grupo detentor daquele veículo de comunicação específico e, acima de tudo, se coloca, quando está pautada na ética e na imparcialidade, como a grande defensora dos direitos do cidadão, principalmente numa sociedade onde a cidadania ainda não é exercitada plenamente pela grande maioria das pessoas.

Ao mesmo tempo em que o governante depende da mídia para que seus atos e suas obras sejam divulgados à população, a mesma população precisa da mídia para que esta, na condição de quarto poder como atestam alguns, seja a verdadeira voz para expor o clamor popular junto a este mesmo governante. Como vemos, um canal de mão-dupla, onde, de forma livre e independente, com base na análise apurada dos fatos, a informação com qualidade, enquanto produto final, precisa sempre prevalecer.

Sociedade justa e fraterna

Mais do que um direito, a informação é um dever de todo o cidadão engajado na construção de uma sociedade justa e fraterna, na qual cada segmento possa expor seus valores, seus pontos de vista, suas verdades e seus conceitos. À imprensa cabe o papel de mediadora, a partir do momento em que dá o mesmo espaço à crítica e à defesa, a quem faz e aquele que acredita que poderia fazer melhor.

E, a cada dia, tudo se renova. Os meios de comunicação pautados na responsabilidade, na ética, na apuração da verdade, vivem do momento presente que, através das palavras, sons e imagens noticiados hoje registram a história do amanhã.

A mídia trabalha com um produto que rapidamente perde o seu prazo de validade. O que foi notícia ontem, hoje já deixa de ser. Outros fatos estão acontecendo. Portanto, o profissional desta área precisa, além de produtor da informação, ser, antes de tudo, um grande consumidor desta mesma informação para que, antenado com o mundo possa, de fato, elaborar pautas de real interesse do seu público.

É justamente para este público consumidor da informação que os veículos de comunicação voltam suas luzes. A luz de informar para poder formar o cidadão e, ao mesmo tempo, a luz que tem por objetivo comercializar seus espaços publicitários que é o grande sustentáculo econômico.

Credibilidade

Mídia e público formam uma verdadeira sintonia. E, para continuar tendo um público fidelizado, o principal ingrediente de um veículo de comunicação é a credibilidade. Ninguém sintoniza uma emissora de rádio ou televisão, lê uma revista ou um jornal, acessa um site se não

houver confiança de que as notícias ali veiculadas sejam verdadeiras.

Portanto, a credibilidade é o grande troféu dos veículos de comunicação. Para ter credibilidade é necessário antes de tudo, profissionalismo. E, profissionalismo, tem início na contratação de pessoas qualificadas, com formação técnica apurada, sem esquecer, é claro, o lado humano, onde a firmeza do caráter é preponderante.

E esta credibilidade começa a acontecer a partir do momento em que, única e exclusivamente, a verdade dos fatos passa a interessar. Trabalhar voltado a divulgar a verdade nem sempre é tarefa muito fácil.

A verdade pode contrariar pessoas ou grupos que detenham o poder político e/ou econômico, quase sempre os dois andam juntos. Se num passado não tão distante, a mídia e seus profissionais necessitaram aprender a conviver com a censura política, nos dias de hoje, esta mesma censura, quando não na forma da coação física, acontece através do lado econômico.

Uma espinhosa missão, conciliar a questão comercial do veículo como seu departamento de jornalismo. Um querendo vender, o outro querendo informar, doa a quem doer.

Como vemos, cada profissão e cada negócio possuem suas especialidades. A da mídia, cuja informação é um produto à venda, também possui as suas, a começar pelo lado perecível do seu produto, o que exige esforços contínuos da equipe de profissionais para a produção de novos e interessantes produtos (informação), sempre pautados na verdade.

Afinal, ao mesmo tempo em que a imprensa constrói a imagem e a reputação de uma pessoa física ou jurídica, pode destruir esta mesma imagem e reputação. Os malefícios gerados pela informação incorreta, ou de má fé, são inúmeros.

A palavra, depois de pronunciada, não possui volta. O estrago, muitas vezes, já está feito. Nesta hora, a responsabilidade do profissional e do veículo aumenta significativamente.

Como podemos observar, todo o cuidado se faz necessário. A notícia trabalha com pessoas e, estas mesmas pessoas, precisam ser respeitadas, tratadas de forma que suas verdades sejam veiculadas sem nenhum tipo de deturpação. Claro que os demais lados envolvidos na mesma informação devem ser ouvidos.

Mundo maravilhoso

Depois de navegarmos um pouco por este belo e instigante universo da mídia, fica mais do que evidente que estamos falando de um mundo maravilhoso. Um mundo no qual a informação é palavra chave para o sucesso do próprio homem.

O político, o economista, o advogado, o arquiteto, a dona de casa, o homem do campo, o homem da cidade, enfim, cada qual precisa, dentro da sua realidade específica, estar bem informado, nem que seja sobre o capítulo da novela que vai ao ar, para poder manter um descontraído diálogo. Mas a informação é mais profunda ainda.

Ela reforça conceitos e valores, cria questionamentos, avaliza e contrapõe opiniões. Permite, na realidade, a ampliação do universo de conhecimento do próprio homem.

E, como resultado final de todo este trabalho, este conhecimento deve ser utilizado para a construção de uma sociedade melhor, o que, em resumo, é a missão de cada um de nós. Mais do que nunca, uma digna e nobre missão na qual a imprensa exerce papel social preponderante.

Parabéns

Ao finalizar estas nossas considerações, não poderíamos deixar de parabenizar a todos que de forma direta e indireta estão envolvidos no projeto da Rádio Líder Sul FM. Um projeto que, com absoluta certeza, nasceu para vingar e dar certo.

Parabéns às pessoas que com o espírito empreendedor investem numa área tão nobre como é a da comunicação. Laranjeiras do Sul, o Paraná e o Brasil precisam estar sempre bem informados. E ainda: precisam de idealizadores como vocês, de pessoas como vocês acreditam no sonho e no próprio talento, ingredientes que impulsionam o desenvolvimento econômico e social de uma nação.

REQUERIMENTO Nº 437

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações aos 25 alunos que cursaram a 7ª série, em 2009, da Escola Municipal Victor Belotti, de Maringá, que foram premiados, na data de ontem, pelo segundo lugar no Concurso Literário Coleta Seletiva Solidária.

Os vencedores produziram o livro Coletando e a vida salvando e competiram em nível estadual com outras escolas.

A premiação, bem como o concurso, foi organizado pelo SESI/SENAI e autoridades, como a Secretária de Educação de Maringá, Márcia Socreppa.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, pela construção e inauguração do Hospital Regional do Sudoeste, na Cidade de Francisco Beltrão.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, bem como ao Exmo. Sr. Gilberto Martin, DD. Secretário de Estado da Saúde, inclusive ao Sr. Eduardo André

Gaievski, Prefeito Municipal de Realeza e Presidente da Associação dos Municípios do Sudoeste.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Hospital Regional do Sudoeste, com sua denominação homenageiam um grande e inesquecível homem, o saudoso Dr. Walter Alberto Pecoits, médico, líder do Sudoeste por muitos anos. O nome desse saudoso desbravador ilumina até hoje o Sudoeste do Paraná.

O novo Hospital Regional do Sudoeste atenderá dia e noite a população de 42 Municípios do Sudoeste, são 182 leitos, com a mais completa estrutura hospitalar, equipamentos da última geração. São 30 leitos de UTI, seis salas de cirurgia e duas para obstetrícia. Hoje a equipe hospitalar possui 520 profissionais aprovados em concurso e 140 médicos. A previsão é que sejam abertas mais 900 vagas gradativamente.

Não há palavras que traduzam a alegria e a satisfação, neste momento feliz em que se concretizou um sonho de tão longa data acalentado por todos os corações bem formados de todo o Sudoeste.

Abrir um Hospital onde o povo encontre socorro e alívio para suas dores, se me afigura uma realização de tal monta que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar todos aqueles que com tanto desvelo conseguiram levar a cabo tão meritório empreendimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo do Sudoeste com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoados sejam aqueles que para mitigar a dor alheia, souberam sacrificar algo de seu. Deus há de levar em conta tão nobre ação.

REQUERIMENTO Nº 445

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, pela inauguração das obras da reconstrução do Instituto de Educação Cesar Prietto Martinez na Cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião, bem como a Exma. Sra. Yvelise Arco-Verde, DD. Secretária de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Abrir escolas é fechar prisões. Eis porque nosso coração se enche de júbilo ao ensejo da inauguração das obras de reconstrução do Instituto de Educação Cesar Prietto Martinez na Cidade de Ponta Grossa.

Bem haja aqueles que não pouparam esforços para proporcionar às crianças e os jovens dessa bendita terra do pão do saber.

O homem moderno não dispensa os conhecimentos que só escola ministra. E não só educação e a cultura que ela proporciona.

É na escola que a criança recebe os primeiros instrumentos que a habilitarão a lutar pela existência.

A ignorância é um ergástulo em que a alma se estiola e embrutece, fazendo descer o homem a condição do bruto. A escola, porém, qual farol a espancar as trevas, projeta-lhe na alma as luzes do saber e no coração o sentimento do dever.

Ali, a criança, o jovem aprenderão que a sociedade humana a qual pertence se dirige por normas e regras às quais ele tem que se submeter para se tornar um membro útil a si mesmo e a sociedade de que faz parte.

Estejam certos Sr. Governador e Sra. Secretária de Educação e toda a população dos Campos Gerais que com a inauguração das obras de reconstrução do Instituto de Educação Cesar Prietto Martinez foi levado mais um dique à ignorância, concorrendo para tornar a criança de hoje o homem de amanhã.

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, para que fique registrado para a posteridade, voto de congratulações e aplausos ao tradicional Restaurante Madalosso, pela passagem de seu aniversário de fundação, no último dia 23 de fevereiro.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência a Sra. Flora Madalosso Bertoldi, Diretora Presidente, para que receba e transmita a todos os familiares e funcionários as homenagens da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O tradicional Restaurante Madalosso, localizado no bairro Santa Felicidade comemorou seu aniversário de fundação no último dia 23 de fevereiro.

Em 1963, o neto de imigrantes Antonio Madalosso, sua filha Flora e o genro Ademar Bertoldi, iniciaram um pequeno empreendimento com apenas vinte quatro lugares no bairro Italiano de Santa Felicidade (Curitiba). Hoje tem capacidade para servir até quatro mil refeições por dia.

Desde a década de 90, o Restaurante Madalosso figura como o maior Restaurante do Continente Americano, servindo comida típica italiana, pois, a família Madalosso é descendente de imigrantes da Itália.

O Restaurante Madalosso deu um grande passo ao conquistar a possibilidade de oferecer muito mais que alimento. Passou a ser uma atração turística e centro de confraternização, com uma grande capacidade de atendimento, tendo enriquecido esta próspera terra para-

naense. O Restaurante Madalosso tem sido em todas as épocas o propulsor da civilização.

Se considerarmos os fenícios, para somente fixarmos esse exemplo, veremos que a família Madalosso tem sido verdadeiros comerciantes por excelência, foram também os plantadores da civilização e da cultura no bairro de Santa Felicidade, dando emprego direto hoje para mais de novecentas pessoas.

E, pois, com imensa satisfação que vemos a passagem do aniversário de fundação do Restaurante Madalosso com votos pelo progresso incessante da família que sempre dedicou seus esforços, na certeza de que praticaram o ato mais meritório de que é capaz o esforço humano.

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, para que fique registrado na ata da Sessão Legislativa de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Beto Costa, Prefeito Municipal de Goioerê, bem como a toda a nova diretoria da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM).

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Beto Costa, para que receba e transmita a todos os companheiros da nova diretoria da COMCAM.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade moderna caracteriza-se pelo dinamismo. Eis porque nosso coração se enche de júbilo, como amigo e companheiro de todos os diretores da nova diretoria eleita para dirigir os destinos da COMCAM.

E com imensa satisfação que com esta justificativa, desejamos saudar efusivamente a nova diretoria da Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão (COMCAM). Gostaria de enfatizar nesta oportunidade, a flagrante importância que o Prefeito detém referendada pela população.

O contato que diuturnamente o Prefeito Municipal exercita junto ao povo faz do mesmo um destacado guerreiro, interprete dos mais legítimos anseios e interesses do cidadão.

Conhecer de perto no dia a dia, os hábitos, os costumes, as tradições e, principalmente as aspirações de uma determinada coletividade, retempera o espírito aguçá os mais legítimos sentimentos de solidariedade e humanismo, abrindo horizontes de qualquer ser humano.

A política, como arte de dirigir o homem, é, sem dúvida, a mais difícil das artes. Exige ela qualidades incomuns de descortínio, coragem, abnegação e caráter.

Para tudo isto, senhores membros da nova diretoria da COMCAM, é que temos certeza coma efetividade do trabalho de base confiado a todos.

Voltamos a destacar que em cada um dos propósitos, estará sempre presente a nova diretoria que fazemos questão de destacar.

Presidente: Beto Costa (Goioerê)

1° Vice-Presidente: Fábio D'Alécio (Ubiratã)

2° Vice-Presidente: Nelson Tureck (Campo Mourão)

1° Secretário: Neno Molina (Fênix)

2° Secretário: João Carlos Klein (Peabiru)

1° Tesoureiro: Elias Lima (Engenheiro Beltrão)

2° Tesoureiro: Osvaldo Ishikawa (Quarto Centenário)

Conselho Fiscal: Valdinei Peloi (Rancho Alegre D'Oeste), Cláudio Gotardo (Boa Esperança) Arquimedes Gasparotto (Barbosa Ferraz).

Suplentes do Conselho Fiscal: Osney Picanço (Corumbataí do Sul), Luiz Valpato (Moreira Sales) e Henrique Sala (Mamborê).

Considere o cargo público como um posto de lutas e sacrifícios e não como uma sinecura para lisonjear a vaidade ou para defender interesses pessoais. Compreendo, perfeitamente, a soma de sacrifícios que isso representa. Entregar-se ao estudo dos problemas do povo, com sacrifício de seus próprios afazeres. Abdicar do direito ao descanso, para trabalhar pelos interesses do Município; Sacrificar o aconchego da família, para zelar pelo bem-estar de seus conterrâneos.

Confesso, entretanto, que não encontro termos que traduzam plenamente as emoções que me invadem a alma neste momento tão feliz para saudar a nova diretoria da COMCAM.

REQUERIMENTO Nº 450

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, Des. Carlos Augusto Hoffmann, solicitando o que segue:

1) Tendo em vista o contido no parágrafo 4°, do artigo 3°, e artigo 79 da Lei nº 16024 de 19 de dezembro de 2008, qual é o número funcionários que percebem função gratificada de chefia em 1ª e 2ª Instância, sua nomenclatura e os respectivos valores.

2) Qual o número de funcionários/servidores que percebem função gratificada - encargos especiais, sua nomenclatura e os respectivos valores.

3) Tendo em vista que as referidas gratificações têm seus valores nominais e fixos definidos por, qual é o dispositivo legal que autoriza e regulamenta a concessão da gratificação de chefia e de encargos especiais;

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 454

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER com base no artigo 131, parágrafo 3°, IX, do Regimento Interno desta Casa de Leis e, após aprovação do douto Plenário, envio de cópia ao Secretário de Estado de Meio Ambiente, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, solicitando informações sobre a denúncia de irregularidades na Empresa Essencis Soluções Ambientais S/A, localizada no Município de Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ROSANE FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A empresa Essencis Soluções Ambientais S/A atua na destinação de resíduos industriais e na recuperação de áreas contaminadas. Recentemente recebemos denúncias de irregularidades nesta empresa. A comunidade local denuncia o mau cheiro insuportável proveniente da área da empresa, além da presença de ratos, insetos e urubus. Vale lembrar que a Estação de Tratamento de Água - ETA do Passaúna fica em frente deste aterro industrial. A Casa de Custódia também é vizinha deste mesmo aterro.

Em anexo segue foto evidenciando o não recobrimento periódico dos resíduos com a capa de argila, medida esta obrigatória. Por estes motivos, faz-se necessário uma fiscalização para verificar a veracidade das denúncias recebidas, bem como, a adoção e medidas pertinentes.

REQUERIMENTO N° 453

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, vem, com espeque no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, REQUERER, após a aprovação do douto Plenário, o envio de pedido de providências a Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná, na forma que segue:

Em referência à Resolução SEFA N° 088/09, que reconheceu a licitude do tratamento tributário diferenciado trazido pela Lei n° 15467/07, na hipótese de importação via terrestre, temos recebido notícias de que vários contribuintes paranaense que vinham se utilizando desta disposição legal estão, agora, sendo notificados pela Receita Federal, a recolherem uma suposta diferença oriunda de uma nova interpretação do regulamento do ICMS, prejudicial aos reclamantes.

Os fatos noticiados, se verdadeiros, poderão no curto prazo, ocasionar enormes prejuízos econômicos não só aos contribuintes, mas também ao erário público paranaense, já que a consequência eminente será a de fechamento das empresas e a diminuição do ICMS arrecadado, em flagrante conflito com o espírito da lei em comento.

Diante destas constatações e visando uma solução que atenda os superiores interesses do Estado e de seus contribuintes, tomamos a liberdade de requerer providências tendentes a coibir qualquer espécie de medida administrativa de cobrança.

No mesmo sentido, requer ainda que a legislação regulamentar seja reformulada, de forma a impedir interpretações tardias e prejudiciais aos agentes econômicos e ao ente tributante, dando a necessária segurança jurídica ao bom desenvolvimento dos negócios que geram os impostos.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) RENI PEREIRA

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 077/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública a Liga Brasileira de Capoeira - LBC, com sede e foro no Município de Piraquara.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

A Liga Brasileira de Capoeira - LBC, entidade filiada ao Comitê Olímpico Brasileiro, fundada em 26/07/07, têm por finalidade dirigir, difundir, orientar, incrementar, promover e fiscalizar diretamente a prática da capoeira, dando tratamento diferenciado para esta modalidade de desporto, visando o aprimoramento dos atletas de capoeira.

Dentre suas atribuições destaca-se o estímulo a capoeira em todo território nacional mediante campanhas educativas com o fito de incentivar o seu uso como meio de desenvolver a saúde e o bem-estar da população.

Ressaltamos, sobremaneira, a constante importante atuação desta entidade perante seus representados, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas realizações.

Trata-se de uma entidade com personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ n° 09.035.923/0001-53, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como Entidade Pública do Estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de utilidade pública.

PROJETO DE LEI N° 078/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O Poder Executivo estadualizará, dentro da disponibilidade orçamentária, a estrada intermunicipal do

trecho que vai do Distrito de Campo Bonito à Cidade de Braganey.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem objetivo de estadualizar a estrada Municipal com extensão de 28 (vinte e oito quilômetros) que liga o Município de Campo Bonito ao Município de Braganey, iniciando-se na altura do Km 08 da PR-474, Município de Campo Bonito e findando no perímetro urbano de Braganey.

Justifica-se o pedido para que se transforme em lei em face do aumento significativo de tráfego local e regional em decorrência da expansão do agronegócio e da predominância no País do transporte rodoviário.

É relevante também o fato de transitar neste trecho grande fluxo de veículos e caminho diário de alunos de rede pública de ensino, sendo também uma das rotas alternativas às rodovias onde há cobrança de pedágio, vindo reduzir despesas e deixar economia do Paraná mais competitiva, além de criar opção para os motoristas que não desejarem trafegar em rodovias pedagiadas.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

PROJETO DE LEI N° 079/10

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Estadual a implantar sinalização de alerta nas vias estaduais que possuam instrumentos eletrônicos de mediação de velocidade de operação autônoma (radares), nos trechos que antecedem os locais onde os equipamentos estão instalados.

§ 1º O Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN, fixará, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos para a execução do que determina esta lei.

§ 2º Deve ser considerado inválido o auto de infração emitido a partir de radares instalados em vias sem essa sinalização de alerta.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) FRANCISCO BÜHRER

JUSTIFICATIVA:

O aumento do volume de veículos em circulação nas ruas e estradas de todo o País, com o registro de um número crescente de acidentes de trânsito, provocando milhares de mortes e lesões graves, além de inestimáveis

prejuízos materiais, levaram as autoridades de trânsito e apertar a legislação que regulamenta o trânsito no Brasil.

Essa preocupação, aliada ao desenvolvimento tecnológico, em franca expansão, permitiu a utilização, em larga escala, de instrumentos eletrônicos de mediação de velocidade de operação autônoma, os chamados radares, que oferecem alto grau de segurança e confiabilidade na repressão aos abusos cometidos pelos motoristas, poupando milhares de vidas.

Tais facilidades, no entanto, também despertam a ganância de parte daqueles que deveriam justamente zelar pela harmonia no trânsito, mantendo o equilíbrio entre o que é justo e o que é razoável. O resultado é que muitos administradores passaram a cometer abusos na utilização desses equipamentos, provocando um verdadeiro enriquecimento ilícito do Poder Público.

Uma das iniciativas que tem sido muito comemorada por todos é a solução adotada pela Prefeitura de Curitiba, que em 2005 adotou um sistema de sinalização verde nas quadras que antecedem a presença de radares nas ruas e avenidas da Cidade. Com efeito, além de manter a segurança nesses locais, a medida atende ao que determina a lei, priorizando a educação dos motoristas.

Legislação

Determina a Constituição Federal da República Federativa do Brasil:

Art. 23. é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3 Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.

Dos Estados Federados

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e lei que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

A Constituição do Estado do Paraná, por sua vez:

SEÇÃO II

Das Atribuições da Assembleia Legislativa

Art. 53. Cabe à Assembleia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas;

XVI - matéria decorrente da competência comum prevista no artigo 23 da Constituição Federal;

XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal.

E o Código de Trânsito Brasileiro (Lei n° 9503, de 23/09/97):

Capítulo II

Do Sistema Nacional de Trânsito

Seção I

Disposições Gerais

Art. 5° O Sistema Nacional de Trânsito é o conjunto de órgãos e entidades da União, dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tem por finalidade o exercício das atividades de planejamento, administrativo, normatização, pesquisa, registro e licenciamento de veículos, formação, habilitação e reciclagem de condutores, educação, engenharia, operação do sistema viário, policiamento, fiscalização, julgamento de infrações e de recursos e aplicação de penalidades.

Art. 6° São objetivos básicos do Sistema Nacional de Trânsito:

I - estabelecer diretrizes da Política Nacional de Trânsito, com vistas à segurança, à fluidez, ao conforto, à defesa ambiental e à educação para o trânsito, e fiscalizar seu cumprimento;

II - fixar, mediante normas e procedimentos, a padronização de critérios técnicos, financeiros e administrativos para a execução das atividades de trânsito;

(...)

Art. 14. Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE:

(...)

II - elaborar normas no âmbito das respectivas competências;

Benefícios

A implantação de sinalizadores verdes, a exemplo dos utilizados desde 2005, em Curitiba, permitirá a plena utilização dos instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma, sem, no entanto, lesar os motoristas, que muitas vezes são induzidos a erro.

É o que determina, aliás, a Resolução n° 141, de 03/10/02, do Conselho Nacional do Trânsito, dispondo sobre o uso, a localização, a instalação e a operação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico para auxiliar na gestão do trânsito e dá outras providências.

§ 1° A definição do local de instalação de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico, para fins do parágrafo 2° do artigo 280 do CTB,

deverá ser precedida de estudos técnicos que contemplem, dentre outras variáveis, os índices de acidentes, as características da localidade, a velocidade máxima da via, a geometria da via, a densidade veicular, o potencial de risco aos usuários, e que comprovem a necessidade de fiscalização, sempre dando prioridade à educação para o trânsito e à redução e prevenção de acidentes.

IV - Da sinalização nos locais de fiscalização

Art. 6° A utilização de aparelho, de equipamento ou de qualquer outro meio tecnológico para fins de comprovação de infração por excesso de velocidade somente poderá ocorrer em vias dotadas de sinalização vertical de regulamentação de velocidade máxima permitida e, sempre que possível, de sinalização horizontal indicando, também, a velocidade máxima permitida.

§ 1° A sinalização de que trata o caput deste artigo deverá ser afixada ao longo da via fiscalizada, de acordo com a legislação específica, observados os critérios da engenharia de tráfego, de forma a garantir a segurança viária e informar, adequadamente, aos condutores dos veículos a velocidade máxima permitida para o local.

§ 2° Se utilizado em trecho com velocidades inferiores às regulamentadas no trecho anterior, deverá ser precedido de sinalização regulamentar de velocidade máxima permitida de decréscimo, em intervalos múltiplos de 10 Km/h (quilômetro por hora), distantes 75 m (metros) para cada 10 Km/h (quilômetros por hora) de redução.

PROJETO DE LEI N° 080/10

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Reserva, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Trânsito - DETRAN.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação deste projeto de lei é de proporcionar a comunidade de Reserva um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Reserva e toda a sua região, que atualmente conta com uma frota de aproximadamente 5 mil e 500 veículos automotores em todo o Município.

Hoje as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Sem CIRETRAN em Reserva, os candidatos percorrem mais de 85 quilômetros para dar entrada ao processo de habilitação, enfrentando transtornos e arcando

com grandes despesas que poderiam ser evitadas, além dos riscos na estrada.

São 170 quilômetros ida e volta até o Município de Telêmaco Borba. Além da habilitação encarecer, alguns trabalhadores ainda enfrentam transtornos no trabalho, por terem de se deslocar a Telêmaco Borba, ficando o dia todo, perdendo assim, o dia de trabalho.

Diante desta situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Reserva.

Considerando relevância do benefício para aquela progressista região do nosso Estado, esperamos contar com o apoio das Sras. e dos Srs. Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 081/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Município de Roncador, uma CIRETRAN, Circunscrição Regional de Trânsito - DETRAN.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03/03/10.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação deste projeto de lei é proporcionar a comunidade de Roncador um melhor serviço com a criação de uma Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, tendo em vista o crescimento do Município de Roncador e toda aquela região do Estado do Paraná.

Hoje as estatísticas demonstram, não só o crescimento populacional, como o aumento do número de veículos, havendo necessidade da agilização na prestação de serviços por parte do Estado.

Sem CIRETRAN em Roncador, os candidatos percorrem mais de 100 quilômetro para dar entrada ao processo de habilitação, enfrentando transtornos e arcando com grandes despesas que poderiam ser evitadas, além dos riscos na estrada. São 220 quilômetros ida e volta.

Além da habilitação encarecer, alguns trabalhadores ainda enfrentam transtornos no trabalho, por terem de se deslocar a Campo Mourão, ficando o dia todo, perdendo assim, o dia de trabalho.

Criando a CIRETRAN em Roncador, desafogaria a de Campo Mourão, pois, Município como Campina da Lagoa, Iretama, Nova Cantu, Mato Rico e Altamira do Paraná, serão atendidos por Roncador que é Município polo.

Já se foi o tempo em que o emperismo reinava. Na época que vivemos no planejamento e técnica vieram substituir os métodos rotineiros de antanho.

Diante desta situação é que se faz necessário a criação de uma CIRETRAN no Município de Roncador.

Considerando relevância do benefício para aquela progressista região do nosso Estado, esperamos contar com o apoio das Sras. e dos Srs. Deputados para a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero avisar aos Srs. Deputados que a segunda Sessão de hoje é uma Sessão Especial para promulgação de uma emenda à Constituição, que foi aprovada nesta Casa pelos Srs. Deputados.

Pequeno Expediente:

Passamos ao Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, com a palavra o Sr. Wilson Quinteiro.

Deputado Wilson Quinteiro (PSB)

O SR. WILSON QUINTEIRO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cidadãos paranaenses que nos acompanham pela transmissão desta Sessão.

Hoje me levanto para tratar de alguns assuntos relevantes para a nossa sociedade. Nós, aqui no Parlamento do Estado do Paraná, temos a oportunidade de observar e ver muitos assuntos importantíssimos no contexto político e também no que diz respeito às leis, as oportunidades aos novos regulamentos de conduta. Dentro desse critério e dessa observação de meses, tenho procurado, justamente, quais são as questões que devemos apresentar projetos, indicações, requerimentos, para ir ao encontro dos anseios e das necessidades da nossa população.

Dias atrás, fiquei pensando quanto à competência que temos enquanto Poder Legislativo do Estado do Paraná referente a aspectos relevantes do Código de Defesa do Consumidor. Fiquei imaginando: será que os consumidores inadimplentes, aqueles que deixaram de pagar as suas contas, têm ou não dificuldade de voltar ao mercado de consumo, porque têm os seus nomes no SPC, no SERASA. Como poderíamos estabelecer um procedimento para que isso pudesse dar condições à volta dessas pessoas ao mercado de consumo? Pois bem, dentro da concorrência de competência constitucional, uma permissão da nossa Constituição Federal percebi que nós, aqui no Estado do Paraná e outros Estados membros da Federação podem, por exemplo, disciplinar condutas. E aí apresentei um projeto que já está na Comissão de Constituição e Justiça no que diz respeito ao parcelamento ou ao parcelamento das dívidas que as pessoas têm, buscando instaurar um novo procedimento com as instituições arbitrais, dando condição de justamente as pessoas chamarem os seus credores para um parcelamento das dívidas. Isso volta com o consumidor ao mercado, ainda que ele não tenha a chamada cláusula compromissória para o sistema arbitral da lei arbitral, ele pode chamar essas pessoas para a mediação, o título reorganizado em

parcelamento tira o nome desses consumidores da restrição e dá condições de voltar ao mercado.

Além disso, também procurei, e aí quero chamar muito a atenção de toda a comunidade do Paraná, é um projeto que dispõe sobre a obrigatoriedade de adequação dos balcões destinados ao atendimento ao público no Estado do Paraná daquelas pessoas que têm deficiência ou necessidades especiais, os cadeirantes. Isso foi objeto, ontem, até de matéria, de entrevista em várias Cidades do Estado do Paraná, para que pudéssemos falar a respeito desse assunto, porque é importante que o banco, a instituição financeira, tenha a obrigatoriedade, sob a pena de multa, de ter um balcão, de pelo menos no máximo um metro de altura, para que uma pessoa cadeirante possa ter acesso a esse serviço de utilidade pública. Vou mais além. Temos departamentos estaduais que não têm atendido a essa condição, não tem esse acesso. Temos que regulamentar essa situação.

O Parlamento nos dá essa condição do amplo debate, de fazer essas proposições, dar condições efetivamente de obrigação, para que todos tenham acesso à cidadania. A cidadania é muito propagada no nosso País e no nosso Estado, mas nos deparamos com circunstâncias adversas, muitas vezes em lugares, departamentos de órgãos públicos. Então, temos que exercer a cidadania.

Registro esses dois projetos de lei, que estão tramitando na Casa, e chamando a atenção para que possamos, além do debate político, que é natural e comum neste Plenário, possamos também debater essas questões que estão no dia a dia das pessoas, como algo relacionado à Foz do Iguaçu, Maringá, Cascavel e Londrina.

Para concluir, faço esse relevo a esses dois projetos, para que possamos ter realmente um Paraná cada vez melhor, em uma condição cada vez melhor, para que juntos possamos trazer o desenvolvimento.

Finalizo chamando a atenção para a importância do debate e desses projetos, que estão a construir cada vez mais a cidadania.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Fernando Scanavaca.

Deputado Fernando Scanavaca (PDT)

O SR. FERNANDO SCANAVACA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

(Lê):

“Nesta quinta-feira, a partir das 20h30, começa oficialmente a 36ª Expo-Umuarama/9ª Internacional, em evento que contará com a presença do Senador Osmar Dias, pré-candidato do PDT ao Governo do Estado. A Exposição Agropecuária, Comercial, Industrial e Agrícola de Umuarama é o maior evento do gênero da Região Noroeste do Paraná, com recordes de público, negócios,

comercialização e atrações. A expectativa este ano é de atrair mais de 270 mil pessoas, nos 11 dias do evento.

O sucesso e o prestígio da Expo-Umuarama são frutos da seriedade e do comprometimento da diretoria da Sociedade Rural, sob o comando do presidente Sidney Lujan, que não mediu esforços para resgatar a importância econômica, social e política do evento, junto com o Prefeito Moacir Silva. A Expo é hoje uma vitrine gigantesca do potencial e da força daquela região.

A Sociedade Rural investiu forte na revitalização do Parque de Exposições Dario Pimenta Nóbrega, ampliando e melhorando a infraestrutura para receber cada vez melhor público e expositores. Foram construídas novas ruas asfaltadas, a pavimentação asfáltica que já existia foi recapada, novas plataformas para expositores foram construídas e todas as dependências ganharam pintura. Foram investidos mais de meio milhão de reais em recursos próprios da Sociedade Rural e avindos de parcerias com os Governos Municipal, Estadual e Federal.

A programação de shows e atrações também foi cuidadosamente planejada. Em 11 dias de festa, estão programados 10 shows, incluindo o mega rodeio, que este ano vem com uma premiação milionária.

A segunda edição do Mega Rodeio Show da Expo-Umuarama oferece uma das maiores premiações do Brasil: uma caminhonete Ford Ranger, dois Ford KA e cinco motos.

O setor animal demonstra a força do rebanho do Noroeste, o maior do Paraná. Animais de elite, o melhor das raças e o resultado de décadas de pesquisas de melhoramento genético e investimentos estarão à mostra na Expo 2010. Mais de 7 mil animais passarão pelo parque nos leilões, julgamentos e exposições. Entre as novidades, a exposição de suínos que retorna a Expo-Umuarama e o shopping de caprinos, que vai comercializar o melhor das raças.

A Expo-Umurama também é um espaço privilegiado para a disseminação de conhecimento, tecnologia e informação. Crianças, jovens e adultos de todos os níveis de ensino participam de atividades educacionais e culturais durante a Expo. Entre os destaques, o Seminário de Hortifrutigranjeiros, que reúne produtores de toda a região para discutir e implementar novas tecnologias para o cultivo de hortaliças, frutas e verduras. Os mais renomados pesquisadores, cientistas, professores e mestres da CEASA, EMATER, SEAB, UEM participam deste Seminário. O objetivo é ampliar a produção e gerar mais empregos e renda no campo. A 7ª edição da Olimpíada do Leite também será realizada junto com a 36ª Expo-Umuarama, entre os dias 4 e 14 de março, no parque de Exposições Dario Pimenta Nóbrega. Neste ano o evento reúne participantes de 36 Municípios e deve reunir pelo menos 7 mil pessoas. Palestras, cursos e uma divertida competição entre Municípios irá levar conhecimento e também promover a integração dos produtores de leite do Nordeste.

Mais uma vez, 10 mil crianças das escolas públicas da rede municipal de ensino brincarão de graça no Parque de Diversões da Expo-Umuarama. A Sociedade Rural firmou parceria com o Vitinho Park, para proporcionar este momento de alegria às crianças do Município de Umuarama. Portadores de necessidades especiais, idosos com mais de 65 anos e crianças menores de 10 anos não pagam ingresso para entrar no Parque de Exposições nos 11 dias da festa. A sociedade Rural disponibilizou também um portão de acesso especial, para que idosos, gestantes, mães com carrinhos de bebê e pessoas com dificuldade de locomoção possam ter acesso facilitado ao parque de exposições.

Além disso, os portões terão entrada franca quatro dias. Além da abertura, nos dias 8, 9 e 10, a entrada é gratuita e haverá shows com bandas renomadas na arena.

A agenda de leilões da Expo 2010 promete bons negócios. Estarão disponíveis para remate cerca de 7 mil animais, com predominância da raça Nelore. A expectativa é que entre olhares atentos e grandes oportunidades de adquirir excelentes exemplares, sejam movimentados cerca de R\$ 6 milhões.

Praticamente todos os espaços comerciais disponibilizados para estandes já foram comercializados. Serão mais de 500 expositores nas áreas destinadas para o comércio, indústria, prestação de serviços e setor animal.

É difícil resumir a grandiosidade da Expo-Umuarama em poucas palavras. Além de uma festa, a Expo é uma oportunidade única no ano de grandes negócios, de contato com o público da Região Noroeste que comparece em peso ao evento, de firmar parcerias e reafirmar os laços de cooperação e amizade com as lideranças e o empresariado local.

Fica aqui o meu convite para que os senhores prestigiem a Expo-Umuarama e vejam a força e o potencial da região mais jovem do Paraná, que desponta, não só como berço da pecuária de corte, mas como um celeiro onde a prosperidade é fecunda.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Dobrandino Gustavo da Silva.

**Deputado Dobrandino da Silva
(PMDB)**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho novamente a esta tribuna, já falei ontem, mas não deu tempo por causa do curto espaço de tempo, e gostaria de falar, sobre a Saúde no meu Município de Foz do Iguaçu.

Queria fazer uma sugestão ao Pastor Praczyk, ao meu amigo, e sei que é seu amigo, Deputado Chico Noroeste, sobre o curso de Medicina em Foz. Ontem, conversando com o ilustre Deputado Elton Welter, do PT, ele

nos sugeria, ao invés de tentarmos este curso de Medicina pelo UNIOESTE, nós todos sabemos que o Estado do Paraná é o que mais investe do Brasil em ensino superior e está totalmente esgotado, o Estado não aguenta mais essa carga enorme.

Em Foz do Iguaçu está saindo uma belíssima obra, Deputado Cheida, a Universidade Latino-Americana, a UNILA, quero parabenizar o Presidente da República, é uma obra importantíssima para nossa Foz do Iguaçu, então vamos brigar para que essa universidade instale o curso de Medicina em Foz do Iguaçu, aí sim, é bancado pelo Governo Federal. Nós vimos quanto tempo o Governo do Estado levou naquela briga de Ponta Grossa para instalar o curso de Medicina. Segundo a Lygia Pupatto, para instalar um curso de Medicina hoje precisa de R\$ 100 milhões, é impossível brigarmos para que o Estado banque isso!

Então, sugiro ao Deputado Chico Noroeste que nesse caminho eu seria seu parceiro, poderia dizer que a sua bandeira do curso de Medicina em Foz, pela UNIOESTE, pode ser minha também. Agora, desculpe a expressão, só tem o pau da bandeira, não há bandeira nenhuma, não tem as mínimas condições. Queria sugerir ao Deputado que conte com o nosso apoio para fazermos um trabalho para instalar dentro da nova universidade que vem para Foz do Iguaçu.

Sobre a Saúde de Foz, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é uma situação de calamidade pública o que ocorre hoje. Deputado Cheida, V. Exa. que é um grande médico e defende aqui incansavelmente a Saúde do nosso Paraná e do Brasil, em Foz hoje é um vexame. Vejam a situação que está o hospital do Município: agora em janeiro, um Vereador de Foz do Iguaçu passou mal e foi internado no hospital municipal. Ficou uma semana, os médicos tratando como se ele tivesse dengue, quando viram que ele estava morrendo levaram para o Hospital Costa Cavalcanti e ele estava com um vírus no coração, já quase morrendo. Aí entubaram-no, colocaram pela veia do pescoço medicamento para ver se matava aquele vírus e realmente ele melhorou um pouco, mas ia morrer no hospital municipal tratando do vírus da dengue. Isso porque é um Vereador do Município da base do Governo.

Vejam a situação que está, a calamidade que está a Saúde em Foz do Iguaçu. Os postos de saúde não têm sequer material de pronto-socorro, não têm gaze, não têm dinheiro e veja só, Deputada Rosana, foram gastos no ano passado na Saúde Pública em Foz do Iguaçu, não sou eu que estou falando, é o orçamento do Município, R\$ 115 milhões, e não sabemos onde está esse investimento, porque os postos de saúde estão com a luz cortada, telefone cortado, chovendo dentro. Calamidade pública mesmo a Saúde em Foz. Não podemos ficar em sonolência diante de um problema com tamanha gravidade.

Uma Cidade importante, que todos queremos o bem dela, que orgulha a todos nós, tem o nome no mundo inteiro, e no entanto passa por um vexame enorme. O matagal tomando conta das ruas, os buracos tomaram

conta, não tem nenhuma ação de Governo da Prefeitura de Foz do Iguaçu. Os funcionários ameaçando entrar em greve, todo mundo trabalhando e não recebe. Uma situação de insolvência está hoje o Município de Foz. Um Município que arrecadou no ano passado 358 milhões, ou seja, quase 1 milhão por dia. O orçamento deste ano é de 460 milhões e no entanto os médicos não vão ao posto de saúde porque não recebem, e no papel gastou-se 115 milhões na Saúde no ano passado.

Preciso fazer esse registro aqui na Casa, porque não podemos concordar, de forma nenhuma, com a situação, o vexame que está passando a população da minha Cidade de Foz do Iguaçu, Cidade que eu briguei a vida toda e não podemos concordar com essa forma de administrar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch, que também usará o Grande Expediente.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de discorrer hoje sobre um fato talvez debatido por muitas e muitas vezes aqui na Casa e que agora, com o final do Governo Roberto Requião, ele procura através de leis, através de emendas à Constituição, eternizar ou constitucionalizar alguns programas que ele tem instituído, ou mesmo programas que já vieram de outros Governos.

Temos que ser muito justos nesta hora. O Governo atual tanto fala do seu trabalho na área social, mas vamos lembrar a história do nosso Estado, quem as implantou e quem as extinguiu.

O que acontece com os trabalhos voltados para o lado social no nosso Estado? Primeiro, a tarifa Social a SANEPAR, foi criada, sim, pelo Governo Requião no seu primeiro mandato de 1990 a 1994. Quem sucedeu o Governador Requião continuou com esse programa, porque era bom. Isso mostra que quem está no Governo, que sucede alguém que implanta um programa bom, tem que dar continuidade a esse programa. Por essa razão fiz questão de citar exatamente que a Tarifa Social da SANEPAR foi criada pelo Requião no seu primeiro mandato. E foi dado continuidade pelo Governo que o sucedeu, ou seja, o Jaime Lerner. E o próprio Requião agora deu continuidade. E cada um procura ampliar da sua forma e da sua maneira de administrar o nosso Estado.

A tarifa social da COPEL foi criada pelo Governador Jaime Lerner, não foi criada pelo Roberto Requião. O Governador Requião deu continuidade e ampliou o programa da Tarifa Social da COPEL, mas esse programa já existia no Governo passado.

Vamos falar de programas sociais. O Governador que sucedeu o Governador Roberto Requião no seu primeiro mandato, e a quem o Governador Roberto Requião tem sucedido depois que Jaime Lerner passou administrando o Estado do Paraná, que a Secretaria da Criança e Assuntos da Família foi criada exatamente pelo Governador Jaime Lerner, que é o grande desafio hoje do atual Governador, que é culpado por tudo aquilo que acontece no Estado do Paraná.

Tudo é culpa do Governo passado, porque não se conseguiu implantar, porque o Governo passado, porque o Governo passado...

Por outro lado, esquece o Governador Roberto Requião que o Governo passado é ele mesmo. O Governo que antecedeu ao Roberto Requião, quem o sucedeu criou, como já disse, a Secretaria da Criança e Assuntos da Família, que foi extinta e foi incorporada pelos outros.

Mas foi o Governo que antecedeu o Governo Requião que construiu 500 creches no Estado do Paraná. Quantas foram construídas agora? Foi o Governo anterior, através da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, da Fani Lerner, que Deus a tenha, foram construídos inúmeros asilos no Estado do Paraná. No atual não sei se foram construídos.

Pela Fani Lerner foram construídos: Estação de Ofícios, e vamos citar alguns programas. É aí que quero chamar a atenção dos Srs. Deputados. Disse no começo que se o programa é bom, independente de quem os implante, tem que ser dado continuidade.

O Programa Da Rua para a Escola foi criado pelo Governo que antecedeu Roberto Requião. Esse programa foi premiado pela UNICEF, nada menos que a UNICEF premiou o Programa da Rua para a Escola. Não é um Instituto qualquer que premiou esse programa na pessoa da sua Secretária, na pessoa do Sr. Governador. O que foi que Roberto Requião fez quando assumiu em 2003? Acabou com esse programa.

O projeto PIÁ - são todos projetos sociais. O Programa PIÁ, através desse programa se desenvolveram outros programas.

O Programa PIAÍ, que é da comunidade indígena.

O Programa PIÁ das Flores, que envolvia pessoa portadores de deficiências na produção de flores e plantas ornamentais.

O Programa Karatê - o PIÁ no Esporte - acabou também nesse Governo. Era excelente. Os Prefeitos da época sabem como foram importante esses programas.

O Programa Casa lar não se houve mais falar nada. Era um programa social no Governo passado.

O Centro da Juventude e o Programa Super Sopa, que foi criado pelo Governo que antecedeu o atual Governo Roberto Requião, que atendeu 1 milhão, 542 mil, 710 paranaenses. Esse programa do Roberto Requião acabou.

O Programa Linha do Ofício, que levou centenas e centenas de cursos volantes para o interior do Estado, os

mais diversos cursos. Onde é que existe? É um programa social para profissionalizar a nossa gente.

E o Programa Estação do Ofício, que foram construídas em diversos Municípios do Estado do Paraná. Estão na ativa. Usa-se efetivamente?

A estação de Produção, o artesanato. Aliás, tantos outros programas que poderíamos citar aqui.

Aperfeiçoamento para que a comunidade pudesse ter acesso. Não acontece mais.

Passa a usar o horário do Grande Expediente

Aliás, eu disse que um programa tinha sido reconhecido pela UNICEF e Dona Fani Lerner foi premiada. Faço questão de ler as palavras. Não são do Elio Rusch, não são da Fani, não são de nenhum Secretário. São palavras do Presidente da UNICEF, do Fundo das Nações Unidas para a Infância. Vejam o que ele diz sobre o programa social existido no Estado do Paraná:

(Lê):

Conheci o trabalho da Fani Lerner durante várias visitas ao Estado do Paraná. O que me impressionou muito do seu trabalho à frente da Secretaria da Criança foi a rara combinação de excelência técnica, honestidade, e uma sincera dedicação à causa da infância e adolescência.

Com programas inovadores transformou a área em política pública, através da Lei Orgânica de Assistência Social, integrando Governo do Estado e Municípios para garantir as necessidades básicas da população.

É louvável seu trabalho com crianças de zero a seis anos, iniciando antes mesmo das descobertas neurológicas dos anos 90 e sua preocupação com crianças e adolescentes em risco social. As medidas socioeducativas adotadas no Paraná são referência no País. Também foi significativa sua atuação na presidência do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando incentivou a implantação dos Conselhos de Direitos e Tutelares em todos os Municípios paranaense.

Tive o imenso prazer de entregar, em 1996, como Presidente da UNICEF, o prêmio Criança e Paz, pelo belíssimo Programa Da Rua para a Escola, que assegurou educação a 80 mil crianças no Estado.

O trabalho desenvolvido no Paraná por Fani Lerner deixa marcas difíceis de serem iguais. Com seu trabalho sério e eficiente, levou esperança de uma vida melhor a milhares de pessoas. Em sua maneira simples de ver o mundo, mostrou a cada paranaense o verdadeiro significado das palavras: amor, fraternidade, respeito, comprometimento, justiça e dignidade.

Fani é uma pessoa cheia de luz e que se doou, por inteiro, à causa mais nobre da sua vida: salvar vidas.

Palavras do Presidente da UNICEF. E esse programa foi extinto pelo Governador Roberto Requião. Documento assinado pelo Agop Kayayan, Presidente da UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância.

Ora, Srs. Deputados! Vejam o trabalho que ele tem feito. E quando o atual Governador Roberto Requião era Senador da República, em 2001, o Senado da República criou o Prêmio Diploma Berta Lutz, que é entregue anualmente para as pessoas que têm desenvolvido um trabalho no lado social, cada um no seu Estado, seja no Brasil, e Dona Fani, que Deus a tenha, será homenageada, agora, no dia 9 de março, terça-feira, no plenário do Senado Federal, pelo trabalho que ela realizou como secretária, voltado para os programas sociais que foram instituídos no nosso País, no nosso Estado.

E agora vem o Governador Roberto Requião e quer acabar, aliás, acabou com os bons programas, e quer eternizar os seus. O nome deste prêmio que os familiares da Dona Fani, o ex-Governador Jaime Lerner, com certeza, suas filhas, vão receber no próximo dia 9 é o Prêmio Berta Lutz, que é filha do famoso cientista Adolfo Lutz. Esse prêmio é dado para 5 pessoas em vida e uma pessoa já falecida.

Ano passado quem recebeu o prêmio foi Dona Ruth Cardoso. Este ano será Dona Fani Lerner, pelos trabalhos que ela desenvolveu por programas que foram reconhecidos e premiados. Citei apenas um, mas poderia citar “n” programas que foram premiados e homenageados por outras instituições, mas citei o mais importante, o atual Governador extinguiu, acabou, mas ele, por sua vez quer eternizar os seus programas e diz que ele os criou.

É importante que eu faça este registro hoje aqui na Assembleia, para que a sociedade do Paraná possa saber do trabalho que também se fez. Não é só o Roberto Requião que é o certinho. Eu disse, após o início dos trabalhos aqui, no início de fevereiro, que tínhamos dois Paranas, sendo um Paraná virtual, do atual Governador Roberto Requião, e outro o Paraná real, com seus problemas.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns, nobre Deputado Elio Rusch! Como sempre brilhante! De maneira sábia conduz a tribuna desta Casa de Leis.

V. Exa. mencionou o Jaime Lerner, e acho que é muita injustiça com o Jaime Lerner. Na verdade, precisa parar no País aquele lenga-lenga, porque o Prefeito que entra logo faz o marketing de que o que saiu era incompetente e que o que está no cargo é que faz tudo, sendo a mesma coisa para Governador e Presidente. Então, não dão o menor valor a quem já ocupou o cargo.

Já mencionamos ontem aqui, o que é até uma certa injustiça com o Jaime Lerner, não tenho nenhum vínculo político com Jaime Lerner. A Emília Belinati era Vice-Governadora, eu era Deputado nesta Casa e alguns Deputados aqui até brincavam que eu era o melhor Deputado da Oposição.

Mas temos que reconhecer que tem milhares e milhares de pessoas trabalhando nas indústrias que o Jaime Lerner trouxe, inclusive em Londrina, como Elevadores Atlas, indústrias automobilísticas e aquele fato que

mencionamos que a Rede Globo fez uma chamada para o Programa Meu Paraná de sábado parecia um programa da hora eleitoral do Jaime Lerner, mostrando a Ópera de Arame, o Jardim Botânico e o Museu do olho, do Oscar Niemeyer. Quando digo que é até uma injustiça, porque em uma pesquisa de intenção de votos para Governador do Paraná - não sou candidato a Governador e o Jaime Lerner também não - eu saí com o dobro de intenções de votos na pesquisa do que o Jaime Lerner.

Então, na verdade é um prefeito consagrado, um Governador consagrado, mas volto a repetir que nem eu sou candidato a Governador e nem ele. Mas, acho que a culpa de tudo... primeiro que esse programa social eu questiono muito, porque o meu contato é com o povo de baixa renda e com o povo pobre. O que eu encontro de gente que a SANEPAR vai cortar a água porque a pessoa não pôde pagar, cortar a luz porque não pôde pagar, às vezes o cidadão se atrapalhou, perdeu o emprego, está endividado ou teve doença na família. Então, contei a história de uma mulher que tinha 80 anos de idade e que a COPEL mandou o carro na porta da casa dela para desligar a luz, e fico questionando até que ponto é perfeito esse tal de Programa Social da SANEPAR e COPEL. Quando o cidadão não pagar uma conta de luz ou uma conta de água, antes de cortar o fornecimento será que não daria para verificar se a pessoa não pagou porque é caloteiro ou porque teve contratempo de doença ou de desemprego?

Sobre aquilo que é feito ou que não é feito, porque quem está no poder sempre mete a botina em quem saiu, acho que a culpa é do Pedro Álvares Cabral, que foi um grande irresponsável. Ora, por que quando Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil já não construiu todos os hospitais que iríamos precisar, já não fez o safalto, os viadutos, os metrô, as escolas e as creches? Estou fazendo aqui uma brincadeira para mostrar que não podemos tripudiar em cima de quem está no cargo tem que procurar ser cada vez melhor e cada vez mais amigo do povo e, acima de tudo, com programas sociais que efetivamente atendam a população de baixa renda, a população pobre.

Está aí o caso da violência, que atinge a população de um modo geral, e o problema da área da Saúde Pública, que está um caos aqui no Paraná, prejudicando todo o Estado.

Parabéns a V. Exa., nota 10 com louvor!

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Obrigado, Deputado Belinati. Na verdade o que nos traz hoje na tribuna é porque a imprensa tem divulgado, na semana passada e nesta semana mesmo, sobre os projetos e PECs que realmente estão tramitando aqui na Assembleia Legislativa. É lógico, se alguém consegue fazer um bom trabalho, seja na Prefeitura, na Secretaria, desenvolvendo um bom trabalho, ou no Estado, ou mesmo na União, é porque o Chefe do Executivo lhe dá condições para que possa fazer. Então, se a Dona Fani Lerner, que era esposa do ex-Governador Jaime Lerner, conseguiu desenvolver um bom trabalho é porque o

Governador Jaime Lerner proporcionou e tinha essa visão da necessidade da criação de uma Secretaria específica, e criar os programas sociais no nosso Estado, que lamentavelmente foram extintos pelo atual Governador.

Por essa razão, faço questão de citar alguns nomes, algumas pessoas que contribuíram para que esses programas pudessem ser implantados, os Prefeitos no Estado do Paraná, as Secretarias dos Municípios, toda a equipe de Governo da época. Mas dentro da Secretaria da Criança e Assuntos da Família, a Dona Ester Proveller, que era assessora técnica; o Diretor Geral Murilo Campelli; as diretorias técnicas, a Maridalva Werner; a Solange Mattiello; a Maria de Lourdes de San Roman; a chefe de gabinete, Maria Carvalho Pinto; no PROVOPAR a Dona Ani Schumann e a Clarice Birk; no IASP, que estava vinculado também ao PROVOPAR, o Aloísio Pacheco, e assim por diante. Poderíamos citar "n" outras pessoas, mas na pessoa dessa diretoria do corpo técnico conseguiram implantar os programas sociais no Estado do Paraná, que serviram de referência no Brasil inteiro. Quer dizer, não só no Brasil, reconhecidos mundialmente, e que foram extintos pelo atual Governador.

Mas o Senado da República haverá, e vai fazer justiça, agora na próxima terça-feira, dia 09, homenageando a Dona Fani pelo excelente trabalho que ela fez, pelos programas sociais que ela criou junto com o seu marido, o Governador do Estado do Paraná, que foram premiados, e volto a dizer, um foi premiado nada mais, nada menos, do que pela UNICEF. E o atual Governador teve a coragem de acabar com esses programas no Estado do Paraná e quer eternizar os seus, sair do Governo e querer continuar administrando, querer comandar ainda o Estado do Paraná. Isso não é concebível!

Obrigado, Sr. Presidente Nelson Justus, obrigado Srs. Deputados. Parabéns também o Deputado Nelson Justus, porque V. Exa. foi Secretário por duas oportunidades no Governo Jaime Lerner, uma vez Secretário da Indústria e Comércio, outra vez Secretário dos Transportes no Estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência deseja registrar, a pedido do Deputado Wilson Quinteiro, a presença do Presidente da Câmara de Paiçandu, Vereador Eduardo Pioneiro, e o Vereador Carlinhos da Creche. Sejam ambos bem-vindos à nossa Assembleia e à essa Sessão Plenária.

Com a palavra Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Quero registrar a presença também do ilustre empresário da área de comunicações, Anderson Santos de Faria, ele é diretor geral da TV Antares, sediada em Arapongas, mas o grupo mantém estações de rádio e

canais de TV em várias Cidades do Paraná. Obrigado pela visita, Anderson Santos de Faria.

O Wanderson Ribeiro sugere que a campanha de vacinação da Gripe Suína dê prioridade para as pessoas que já contraíram a gripe. Wanderson, pode ficar certo, a gripe não ataca pela segunda vez.

Tenho aqui os e-mails que minha equipe, o Genar, a Márcia, o Gustavo, a Keli, Allan, a família Petrini, o Carlos Alberto Batata têm selecionado para o nosso trabalho. E quero agradecer a equipe do Deputado Duílio Genari, que tem nos atendido, e também a equipe da Cida Borghetti.

Tenho aqui um pedido do Cláudio Ramires: *Deputado Belinati, gostaria que me indicasse para uma vaga de trabalho. Estou com 53 anos, boa experiência, mas não consigo colocação.* Esse Brasil é uma maldição, um cara com 45, 50 anos, aos olhos de algumas autoridades e de alguns empresários, têm que botar o pijama e ficar em casa, ou arrumar uma aposentadoria. Tem coitado que até finge na Previdência que está doente para ver se arranja um encosto, porque depois dos 45 anos não arruma mais emprego.

Estava vendo na internet uma nota curiosa: uma mulher brigou na empresa porque foi trocada por uma vendedora mais nova. Qual é a idade da vendedora que foi demitida? Oitenta e cinco anos e trocada por uma de 75 anos. Então, quando vejo um homem com 53 anos, que está no melhor da sua vida para trabalhar, para produzir, as portas se fecham, até para fazer concurso fica impedido; isso é um crime! É um desrespeito com os brasileiros e brasileiras!

Recebo um e-mail do João Batista, de Foz do Iguaçu, que fala sobre o problema que tivemos ontem aqui entre o Deputado Dobrandino e o Deputado Chico Noroeste. O cidadão se manifesta, cada um tem simpatia por um ou por outro. O meu amigo João Batista, na briga, ficou a favor do Deputado Dobrandino. Ele diz aqui em seu e-mail: *Deputado Belinati, estou passando este e-mail para que o senhor dê meus parabéns ao Deputado Dobrandino da Silva sobre seu pronunciamento na tribuna a respeito do Deputado Chico Noroeste. Até que enfim alguém viu que eu estava certo quando falei do Deputado que só sabe colocar outdoor na Cidade inteira, fazendo sombra com o chapéu dos outros. Dê meus parabéns ao Deputado Dobrandino!* João Batista, o importante é que Foz do Iguaçu tem quatro Deputados e os quatro unidos podem conseguir grandes coisas para Foz do Iguaçu, independente de briga.

O Deputado Cheida é da nossa Cidade e temos um relacionamento respeitoso. Saindo a eleição, se eu for candidato e o Deputado Cheida for também, cada um vai lutar pelo seu espaço. Mas, em se tratando de Londrina, para defender Londrina, a postura do Deputado Cheida é a mesma postura minha e assim tem sido, também, quando ocupamos a tribuna, em que o Cheida dá todo apoio às causas de Londrina. Assim tem sido o próprio

Deputado Durval Amaral, que é de Cambé, mas tem atuação também em Londrina.

Então, a sugestão que dou sobre Foz do Iguaçu é que os Parlamentares se unam. Tem aí o problema do curso de Medicina, mas tem tantas outras obras, porque o reino dividido não leva a lugar nenhum.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Quero dar um exemplo, não é briga, mas o Paraná está recebendo pouco dinheiro do Governo Lula. Isso tem saído constantemente na imprensa. Por quê? Acho que falta uma união dos 30 Deputados e dos Senadores em Brasília. Eles teriam que fazer uma única briga, não é falar mal do outro, é uma briga vestindo a camisa do Paraná, para exigir do Governo verba para hospital, para escola, para rodovia, para creche, para melhoria do Paraná e para melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Acho que é isso que os eleitores e eleitoras esperam de cada um de nós.

Hoje é o Dia do Meteorologista. Diz aqui o Zigmundo Czajkowski sobre o Dia do Meteorologista: *O estudo da previsão do tempo se chama meteorologista, porque antigamente se estudava os meteoros. A ideia de que os meteoros se formavam no céu a partir de combinações de terra, água, ar e fogo, e que contribuíram para as condições do tempo, remonta a Aristóteles, no século IV a.C. Na Europa, esta crença manteve-se até os fins do século XVII. Então, parabéns aos meteorologistas!*

Presidente Anibelli, veja o que é o efeito da TV que transmite as Sessões da Casa. Aqui recebemos e-mails, como recebi do Clodoaldo Ubaldo, de Pato Branco, de Paranaguá, de todo canto do Paraná, de Foz do Iguaçu, de várias regiões. Agora, recebo e-mail do Sr. Mário Augusto Molini Zanetti, a pedido do Pastor Dino, de Bandeirantes. O Pastor Dino estava ligado, ontem, acompanhando as transmissões da Assembleia Legislativa pela televisão. Ontem, falamos aqui sobre o problema das drogas, porque o Fernando Henrique Cardoso, que foi um grande Presidente, um homem muito culto, fez uma grande reunião, um grande encontro no Rio de Janeiro para liberar a maconha no Brasil, para ela ser vendida livremente. De repente vão vender maconha na padaria, na farmácia, na quitanda, na banca de revistas, no portão das escolas, oficialmente. Extraoficialmente, sabemos que a droga, infelizmente, está por todo canto.

O Pastor Dino trabalha com dependentes químicos e gostou do nosso pronunciamento, porque, mais do que ninguém, ele sabe que os dependentes químicos precisam de ajuda, mas só que as obras sociais, grande e brilhante Deputado Marcelo Rangel, essas entidades que trabalham tentando recuperar o dependente químico quase não têm dinheiro, vivem quebradas, vivem em extrema miséria. E para recuperar um viciado não é em apenas uma semana, em apenas um mês, isso pode levar anos ou muito mais tempo. Então, é um custo alto, e depende inclusive da boa

vontade do dependente querer se liberar das drogas, reencontrar o caminho da felicidade, devolver a felicidade para o seu lar, porque a família, quando percebe que o filho ou a filha está viciado em drogas, principalmente a mãe, chora, sofre, não dorme direito, entra em depressão. Então, a droga destrói a felicidade do viciado e de toda sua família, e o Pastor Dino faz um grande trabalho em Bandeirantes. Está de parabéns.

Nós lemos no jornal O Presente que o preço da mandioca, em 12 meses, subiu 77%. Eu não sabia. Tem aqui, também, que os professores do Paraná, e estamos apoiando os professores, alô Requião, vamos ajudar os professores, porque vai ter uma parada, uma greve de 24 horas dia 16 de março. Nós, aqui vamos apoiar os professores como estamos apoiando os policiais civis no Plano de Cargos, Carreiras e Salários; a Polícia Criminalística do Paraná também tem uma pauta de reivindicações; estamos apoiando os policiais militares na PEC, porque fomos um dos primeiros a assinar para implantar o subsídio. Está tendo uma passeata de policiais, hoje, em Brasília.

Estamos apoiando o pessoal do SindSaúde, da área da Saúde do Paraná, os professores, os servidores públicos, porque eles estão reivindicando o que eles têm direito e que o Governo, infelizmente, não está dando.

Olhem como anda a violência, esse jornal, que é distribuído no ônibus, Jornal do Ônibus: *Arsenal em casa*. Quer dizer, olhem como andam os bandidos aqui no Paraná. Isso é muito triste, estão matando, talvez, até pelo prazer de sair no noticiário policial. E o mais triste, quando vemos, às vezes, um Prefeito tombando morto nas mãos de assassinos de aluguel, é saber que aqui no Paraná tem assassinos de aluguel, a pessoa paga, às vezes uma mixaria, e o outro vai lá e mata o fulano, vai e mata prazerosamente, faz com alegria. Onde vamos parar?

A Folha de Londrina traz: *Suspender vacina do gado no Paraná contra a aftosa é temerário*. E também temos que o uso regular de analgésicos pode afetar a audição. Então, tem gente que é viciado em remédio, compra remédio que está em oferta na farmácia sem saber para o que é.

Aliás, falando de audição, tem médico que adora, a rapaziada de hoje sai com o som do carro no último volume, tem médico que está ganhando dinheiro porque estoura o tímpano, aí tem que consertar o ouvido com o médico. Então, tem médico que não acha ruim, não, pode colocar volume no som do carro. Tem carro de som de madrugada para infernizar quem está descansando, tem aparelho de som que até parece um trio elétrico. O filho de papai não trabalha, às vezes não estuda, dorme o dia inteiro e passa a noite dando “ferro”, cavalo-de-pau, apostando corrida e rodando pela Cidade com o som no último volume, perturbando quem precisa descansar porque tem que levantar cedo. E uma coisa triste na Folha de Londrina: *Londrina tem o primeiro caso de raiva no Paraná*. Isso é muito triste.

E para terminar, registro com tristeza, uma amiga minha, uma amiga sua, a Eloísa Helena, 45 anos, funcionária de carreira de um posto de saúde da Prefeitura no Conjunto Parigot de Souza, ela foi vítima de um acidente muito comum em uma casa, em uma roda de amigos. Essa moça, feliz da vida porque a filha estava chegando dos Estados Unidos, organizou um churrasquinho em família. Aí, foi acender o fogo com aqueles frasco de álcool, e o que aconteceu? A pessoa joga o álcool, tem uma brasinha, quando pega fogo, no susto, a pessoa puxa para trás, depressa, o frasco de álcool. Quando ela joga o álcool na churrasqueira, mas já tem uma brasa que pega fogo, ela leva um susto porque não está esperando, puxa depressa o frasco para trás e despeja, toma um banho, e já vem o fogo junto. Essa moça, minha amiga, Eloísa Helena, ficou muitos dias internada e acabou perdendo a vida. Acho que caberia, eu não vejo as autoridades fazerem campanhas para orientar o povo sobre determinados perigos domésticos.

Um dia em Londrina, no Jardim Califórnia, um pai foi dormir, estava frio, com o filho, colocou um carvão dentro do quarto para dormir, para aquecer o quarto, e morreram os dois. Então, tem planta, tem aquele que não é orientado, está chovendo, vai se esconder embaixo de uma árvore, o raio vem e mata. Tantos acidentes de trabalho e tantos acidentes fatais que poderiam ser evitados se houvesse uma campanha educativa do Governo, através do rádio e da televisão, mas que infelizmente não existe.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Ainda no Pequeno Expediente, o último orador inscrito, Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de me pronunciar, gostaria também de, fazendo coro ao Deputado Belinati, lamentar aqui o passamento da enfermeira Eloísa Helena, de Londrina, por ter sido vítima desse acidente que o Deputado descreveu e por ser, principalmente, uma pessoa muito querida e com grande trabalho social na área da Saúde. Ela teve um trabalho muito direcionado, inclusive aos idosos das populações mais carentes da Cidade de Londrina. Perdeu a vida muito jovem ainda, deixou familiares, filhos e amigos, bastante consternados. É realmente uma tristeza. À família as nossas condolências, e tenho a certeza de todos os Deputados aqui presentes.

Mas, no último final de semana, em Londrina, o Ministro da Pesca lá esteve levando R\$ 14 milhões para que na Região Norte do Paraná se possa trabalhar com a chamada aquicultura, ou seja, com a produção de peixes e também com a pesca. Isso, por um lado, é um alento extraordinário, e por outro traz algumas preocupações que gostaria de expor aqui.

Mas, em primeiro lugar, lembrar a todos os senhores e a todo Paraná que fruto do chamado desenvolvimentismo do País, aquela região na década de 70 também experimentou a construção de várias hidrelétricas, principalmente algumas no rio Paranapanema e principalmente a hidráulica chamada Capivara, Usina Hidrelétrica de Capivara, que alagou, nada mais, nada menos, que 576 km², tendo uma produção de 619 megawatts. Essa usina alagou 64 mil hectares, mais de 30 mil alqueires, pegando propriedades pequenas, de cinco a 50 alqueires, e mandando os trabalhadores, todos os agricultores, para dentro das Cidades. Ou seja, foi um êxodo rural forçado: “Você saiu daqui, porque vamos alagar essa área”.

Claro que os proprietários foram indenizados. Mas aí começaram os problemas: primeiro, eles não sabiam produzir na Cidade. Segundo, aqueles proprietários que tiveram, eventualmente, alagada parte da sua propriedade, tiveram indenizada a área alagada, mas o Instituto Ambiental do Paraná começou a forçar - e não está errado - a deixar os 100 metros de mata ciliar. Em quarto lugar, esses indivíduos, esses proprietários rurais, começaram a ter problemas sérios porque não podiam ter produção, pagar os seus impostos, e problemas sérios também tiveram os Municípios.

Para os senhores terem uma ideia do que falo, os Municípios atingidos, nada mais, nada menos, foram os Municípios de Alvorada do Sul, Primeiro de Maio, Florestópolis, Ibitiporã, Jataizinho, Leopólis, Porecatu, Sertaneja, Sertanópolis, Rancho Alegre e Santa Mariana. Não é pouco.

Claro que todo mundo falava muito bem das usinas, porque naquele momento esse verdadeiro impacto socioambiental foi ocultado por discursos que normalmente enaltecem o progresso econômico. É assim que é feito no País, é o fim da pobreza, a resolução da miséria, isso vai solucionar o problema do pobre, vai ajudar o Município, mas na verdade ocultando sob as águas um problema seriíssimo socioambiental. As propriedades alagadas tiveram esse drama, esse problema.

Hoje, com a orientação do Governo Lula, e nesses últimos anos com a Secretaria da Pesca e depois Ministério da Pesca, a situação começa a mudar, porque o Governo está investindo na questão da piscicultura e leva para aquela região R\$ 14 milhões para dar para os agricultores, dar os lotes na água para que eles produzam peixes. Isso começa a servir de muito alento. Para que vocês tenham ideia do que digo, um quilo de tilápia limpa custa hoje R\$ 14, fora o osso que faz farinha e o couro que faz bolsa e outras coisas. Começa-se a ter grande probabilidade do que antes era um flagelo, se transformar em grande benefício; o que era um limão, vai virar uma limonada.

A empresa Duke Energy, que toca essa Usina Capivara, permite que a água oscile, muitas vezes, três, quatro, cinco, 11 metros. A oscilação das águas arreventa qualquer possibilidade de criação de peixe e de estabilização nesses locais.

Por isso, em conversa com a Sra. Petra Maria Vagner, zootecnista da Associação de Piscicultores do Norte do Paraná, estamos começando uma investigação por nosso gabinete, mas quero estender isso à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, se for do interesse dos Srs. Parlamentares, para que esta Assembleia Legislativa possa interferir nisso e não permitir que haja a oscilação das águas daquela empresa. Chega a oscilar 11 metros e isso tem repercussões a mais de 1 mil metros de lâmina d'água. Claro que é um desserviço a um investimento tão grande, que o Governo Federal está fazendo uma recuperação econômica de uma região deprimida, que foi atingida e castigada por um projeto do qual não obteve nenhum tipo de benefício.

Era isso, Sr. Presidente, nobres Pares.
Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente.

Com a palavra o Deputado Teruo Kato.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última terça-feira, na Escola de Governo, tivemos a oportunidade de apreciar a apresentação do Secretário da Segurança sobre os trabalhos desenvolvidos aqui no nosso Estado. Depois da apresentação chegamos à conclusão de que você construir cadeias, aumentar o número de vagas para presos, efetivamente não resolve o nosso problema na área de Segurança.

A maior parte dos problemas que temos hoje na área de Segurança está relacionada à droga. No levantamento feito no ano de 2009, no Estado do Paraná, foram apreendidos mais de 2 milhões de pedras de crack. Nessa mesma discussão na Escola de Governo, se chegou à conclusão de que um dos melhores caminhos para se combater vários problemas, inclusive o da droga, é o investimento na Educação. Fazer com que nossas crianças e nossos jovens tenham Educação de qualidade e principalmente a educação integral. Tema que venho discutindo, defendendo aqui no Estado do Paraná e que, felizmente, vemos que hoje muitas lideranças, muitos Prefeitos e o próprio Governo do Estado já vê com bons olhos essa iniciativa.

Fiquei feliz em saber que aqui em Curitiba, neste ano, está se implementando no Colégio Estadual Manoel Ribas, que fica na Vila das Torres, um bairro que já de longa data traz grandes problemas sociais, e a própria comunidade, a associação do bairro, juntamente com o Ministério Público, fez um trabalho e uma das reivindicações foi o investimento na Educação e a implementação da educação integral naquele bairro.

Portanto, a partir deste ano, a Secretária da Educação, professora Yvelise, nos trouxe essa grande notícia de que vai se iniciar no Colégio Estadual Manoel Ribas a educação integral de segunda a oitava série, e já dentro de uma nova visão de Educação, inclusive com um *currículo* próprio. Não é um projeto de contraturno, como muitas vezes acontece, mas um *currículo* próprio para a educação integral, onde teremos as atividades curriculares intercaladas com atividades esportivas e culturais. Com certeza darão uma nova oportunidade para que possamos realmente ter uma verdadeira formação dos nossos jovens, com possibilidade de, através da escola pública, também frequentar uma faculdade e ter uma vida com dignidade.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado Teruo, V. EXa. aborda um tema muito importante, sobretudo da escola em tempo integral. Esta semana estive no Município de Londrina, junto com o Prefeito Barbosa Neto, inaugurando mais algumas escolas com esse sistema. Lá tem mais de 5 mil alunos na rede com escola em tempo integral. Essa bandeira tem que ser realmente de todos os paranaenses, todos os brasileiros, porque de fato temos que fazer alguma coisa que venha contribuir para tirar essas crianças do mundo da droga, da criminalidade. Estamos vivendo um quadro bastante preocupante no Estado do Paraná, e certamente a Educação é o caminho certo. A Educação, o esporte, o lazer, as escolas abertas nos finais de semana para integrar a comunidade para que convivam com a escola, os pais se envolvendo mais no sentido de fiscalizar os seus filhos e não apenas deixar para os professores, diretores.

Esses pais levando os filhos para a escola, buscando, e até mesmo quando o filho está na escola, por que não o pai dar uma olhada se não tem alguém vendendo droga, fazendo alguma coisa errada? Acho que temos que nos envolver de forma concreta, efetiva, para diminuir o grande mal deste País, da atualidade, que é a droga. Porque a droga gera a criminalidade, desvia as pessoas do trabalho. Enfim, V. Exa. faz um pronunciamento que eu não podia deixar de dar a minha modesta contribuição no sentido de cumprimentar a iniciativa que teve V. Exa. de falar sobre este tema.

Muito obrigado.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Gostaria de agradecer pelo aparte, Deputado Neivo. E dizer que nesta comunidade da Vila das Torres, para se chegar à implementação dessa Educação em tempo integral, foi feita uma ampla discussão, e fiquei bastante impressionado porque o Presidente da Associação de Moradores disse que a grande reivindicação daquela comunidade não era por cesta básica, não era por medicamento, não, eles queriam Educação de qualidade para seus filhos. Então, vejam o nível de consciência hoje da nossa população, mesmo nesses bairros mais carentes.

Mas hoje, Sr. Presidente, eu vim trazer aqui também uma brilhante iniciativa da nossa Juíza, a Dra. Isabele Ferreira de Noronha, para a Comarca de Nova Londrina, que também está preocupada com a questão carcerária, principalmente a lotação das delegacias, e através da sua criatividade criou um projeto denominado Mutirão Projeto Grão de Mostarda. Esse projeto vai estar acontecendo na próxima sexta-feira, dia 6 de março, em Nova Londrina, e tem o objetivo de realizar na vida dos detentos daquela Comarca um momento especial, concentrando num único dia inúmeras atividades para assegurar aos detentos os seus direitos consagrados na Constituição Federal. Será feito um trabalho de reestabelecimento da dignidade humana, propiciando esperança e fé na vida das pessoas para que elas consigam atingir a tão sonhada reintegração social.

Haverá o deslocamento de toda a estrutura do Fórum à Delegacia de Polícia Civil, e todos os autos relativos aos réus presos serão conclusos para análise judicial durante o dia. Para tanto os advogados da Comarca serão intimados para comparecerem ao local e oralmente ajuizarem pedidos de liberdade provisória, unificação de pena, progressão de regime, entre outros, os quais serão encaminhados ao promotor de Justiça, também presente ao evento, para parecer ministerial imediato. Após colhidas as informações diretas com o delegado de Polícia local e os autos conclusos, a Magistrada emitirá pronunciamento judicial de plano sobre o caso.

Neste dia os detentos serão agraciados também com várias atividades, tais como: culto ecumênico, assistência médica com fornecimento dos medicamentos, assistência psicológica e psiquiátrica, assistência odontológica, serviços de beleza e higiene pessoal. Haverá também distribuição de uma obra literária com o mesmo título para cada detento, serão orientados a realizar a leitura para posterior debate sobre o tema no próximo encontro do Projeto Grão de Mostarda, já que este projeto será realizado mensalmente em toda última sexta-feira do mês. Serão parceiras do evento as Prefeituras de Nova Londrina, de Marilena, de Diamante do Norte e de Itaúna do Sul. Também a COPAGRA - Cooperativa Agroindustrial do Noroeste Paranaense, que assumiu o compromisso de empregar todos os detentos que saírem da Delegacia de Polícia Civil e apresentarem bom comportamento.

Então vejam, senhores, esta iniciativa da Dra. Isabele poderíamos estar replicando em outras regiões do Estado, porque o resultado desse mutirão é impagável, principalmente para aqueles detentos que são beneficiados pelo projeto. Para se ter uma ideia, na última edição do projeto teve uma senhora que foi libertada e que estava presa porque tinha furtado uma lata de ervilhas. Por falta de um advogado, por falta de alguém que pudesse defendê-la, ficou cinco meses presa! Agora, aprendendo o que lá na cadeia? Que tipo de recuperação poderíamos ter dessa pessoa?

Trazemos essa questão ao Plenário, realmente temos que destacar, porque através de iniciativas como essa poderemos dar maior dignidade às nossas cidadãs. E tudo isso está ligado à questão da Educação, da Segurança, de visualizarmos uma condição de vida para todas.

Gostaria de ceder um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Gostaria de parabenizá-lo pelo orçamento. Mas coincidência ou não, antes do seu pronunciamento eu estava lendo a última palestra proferida pela Dra. Zilda Arns, porque segunda-feira teremos uma Sessão Solene Especial em comemoração ao Dia Internacional da Mulher e vamos homenagear *in memoriam* a Dra. Zilda Arns e as voluntárias da Pastoral da Criança. E está escrito na última palestra que a Dra. Zilda proferiu lá no Haiti:

(Lê):

A paz é uma conquista coletiva. Tem lugar quando encorajamos as pessoas, quando promovemos os valores culturais e éticos, as atitudes e práticas da busca do bem comum, que aprendemos com nosso mestre Jesus. “Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10).

Espera-se que os agentes sociais continuem, além das referências éticas e morais de nossa Igreja, ser como ela, mestres em orientar as famílias e comunidades, especialmente na área da Saúde, Educação e direitos humanos. Deste modo, podemos formar a massa crítica das comunidades cristãs e de outras religiões, em favor da proteção da criança desde a concepção, e mais excepcionalmente até os seis anos, e do adolescente. Devemos nos esforçar para que nossos legisladores elaborem leis e os Governos executem políticas públicas que incentivem a qualidade da educação integral das crianças e saúde, como prioridade absoluta.

Eu tinha acabado de ler e ela faz um trabalho em cima da questão da Pastoral. Mas Dona Zilda se perfilava com V. Exa. na luta pela escola integral.

Gostaria de registrar isso nos Anais da Casa, e mais uma vez parabenizá-lo.

Muito obrigado.

O SR. TERUO KATO (PMDB)

Obrigado. Dizer que Dona Zilda Arns, ninguém melhor para nos dizer quais os melhores caminhos para resolver os grandes problemas sociais que temos.

Assim sendo, queremos louvar a Meritíssima Juíza Dra. Isabele Ferreira de Noronha pela iniciativa desse projeto que efetivamente oferece uma perspectiva de mudança de vida das pessoas, que sinceramente desejam uma conversão de vida. Gostaria de, neste pronunciamento, parabenizar a iniciativa e que ela possa ser replicada em outras regiões do nosso Estado.

Era isso. Muito obrigado.

Horário das lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin)

No Horário das Lideranças concedo a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Liderança do PT: Deputado Tadeu Veneri

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de entrar no assunto que me traz à tribuna, gostaria de ter feito este pronunciamento na segunda-feira, mas devido aos acontecimentos não foi possível. Todos sabem que tivemos um início de semana com vários acontecimentos que fizeram com que ocupássemos o tempo para discuti-los. Especificamente as relações entre o PT e o PMDB.

Primeiro gostaria de fazer um comunicado aos Srs. Deputados e a esta Casa. Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, os senhores sabem que aquela região toda tem uma grande produção de cana e produz, obviamente, uma grande quantidade de açúcar e álcool, que têm hoje um preço, principalmente o açúcar, que talvez esteja numa das suas melhores fases no mercado internacional.

Nada mais lógico, nada mais justo, nada mais correto que as pessoas que trabalham, e que não são poucas, são milhares que trabalham diretamente, ou no corte da cana, ou aquelas que transportam as pessoas, aquelas que são terceirizadas, tenham no mínimo uma remuneração, eu não dizia condizente, porque isso significa uma relação entre o sindicato e os trabalhadores, mas no mínimo uma remuneração paga em dia.

E não é o que está acontecendo com algumas usinas do Estado do Paraná, especificamente com a usina de COFERCATU, que já foi uma grande cooperativa de cafeicultores daquela região. E hoje, na Cidade de Florestópolis, sabem os senhores que está também com uma cooperativa que presta serviços na área de corte de cana.

Pois bem. Estes trabalhadores estão há dois meses, Srs. Deputados, sem receber seus salários. E tomaram uma iniciativa, com a qual quero me solidarizar. Resolveram, depois de várias tentativas para receberem o que lhes é justo, é devido, é legítimo, até porque como falei aqui, o açúcar nunca esteve com um preço tão alto como está agora, resolveram fazer a ocupação da usina.

Fizeram a ocupação da usina. E recebemos, aqui, uma comunicação o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso, fizeram a ocupação desta usina até que os salários sejam pagos. E ontem também fizeram, esses mesmos trabalhadores, são cerca de 700 trabalhadores, ontem ocuparam a fazenda, o presidente da cooperativa. Por quê? Porque os transportadores, que são pequenos, têm aqueles pequenos caminhões, ônibus, que transportam trabalhadores, estão sem receber desde dezembro. Estão trabalhando de graça, não

receberam dezembro, nem janeiro e nem fevereiro. Agora, que ocuparam a área tanto da fazenda como da usina, há uma proposta para receberem dia 7.

Ora! Entendo que situações como esta não deveríamos nem estar discutindo aqui na Assembleia Legislativa, porque são situações pré-históricas, do ponto de vista das relações trabalhistas. Como alguém que certamente tem recursos, inclusive públicos, não estou dizendo que é este o caso, mas muitos desses senhores que têm grandes áreas de terra, muitas dessas usinas têm financiamento público. Agora, simplesmente resolvem que não vão pagar enquanto não tiverem caixa suficiente, e não pagam.

Quero deixar aqui minha solidariedade a esses trabalhadores, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso. Estive recentemente com seu presidente, o Arnaldo Nascimento de Jesus, sei que muitas vezes há equívocos em ocupações, e já fizemos, aqui mesmo, estas afirmações. Mas, está é uma ocupação extremamente legítima. Não só da fazenda como da área que hoje é destilaria, que hoje produz açúcar e álcool. Enquanto não houver o pagamento, certamente essas pessoas não vão sair de lá. E obviamente essas pessoas têm clareza que neste momento estão buscando a própria Secretaria do Trabalho, o próprio Ministério do Trabalho.

Sempre precisamos lembrar que há que se ter clareza. Na região de Sertanópolis, Florestópolis, Porecatu, Bela Vista, existe uma grande riqueza, que é a cana, existe também uma grande pobreza, que são justamente os cortadores de cana. Esses são os mais prejudicados e não queremos, em hipótese alguma, que essas pessoas continuem sofrendo. Em determinados momentos, não quero nem entrar no mérito do porquê a COFERCATU não está pegando, mas que elas continuem sofrendo por conta de pagamentos atrasados, salários baixos, falta de condições de trabalho e de uma atividade extremamente pesada...

Quem conhece corte de cana sabe o que significa quantas vezes aquelas pessoas, ao se levantarem às 4h da manhã, quantas milhares de flexões elas têm que fazer no dia, quantas milhares de vezes elas têm que se dobrar para cortar aquela cana, quantas toneladas elas cortam, para chegar ao término do período, quando deveriam receber, ouvirem simplesmente que não há recursos para isto. Então, se alguém quer se estabelecer, que tenha competência. Se não tiver competência, certamente não conseguirá fazê-lo.

Srs. Deputados, dito isto, gostaria de fazer uma referência ao assunto que de fato me traz à tribuna, que é uma matéria que saiu, e eu não tenho o hábito de comentar matérias de jornais, até porque elas têm um colunista específico e muitas vezes fazem aquela leitura das matérias e repetem do ocorrido naquele momento.

No sábado, a Gazeta do Povo de 27 de fevereiro traz uma matéria do Rogério Galindo. Conheci o Rogério quando ainda era Vereador e ele fez algumas considerações que gostaria de deixar como um ponto de interroga-

ção para nós, que somos de Curitiba e Região Metropolitana, que certamente gostaríamos que essas respostas tivessem respondido essas questões.

Sei que o tempo vai ser curto, mas gostaria de retomar esse debate, que é a matéria: *O Ministério das Licitações Frustradas*.

As licitações que estamos falando, diz a matéria que recentemente a Prefeitura de Curitiba teve que licitar, por ordem judicial, vários de seus serviços mais caros e mais importantes: radares para fiscalização de trânsito; serviços de funerárias; gerenciamento de lixo e finalmente o maior de todos esses é o serviço de ônibus da Cidade.

Em todos os casos houve problemas e frustrações. Todos, sem exceção: as funerárias, que essa licitação já deveria ter acontecido faz tempo, mas que não sai do papel; do lixo, que sofre um revés após o outro; para nós que achávamos que finalmente sairia alguma solução, porque um consórcio foi declarado vencedor, eis que na Justiça entram outros consórcios e conseguem a suspensão. Não sabemos o que vai acontecer a partir de novembro, porque o IAP suspendeu, de fato, as condições para que o lixo fosse colocado no Caximba.

Não sabemos o que vai acontecer e principalmente não sabemos o porquê que a licitação maior, a mais importante, a mais significativa dos últimos 30 anos em Curitiba, que é a licitação para o transporte coletivo, por que é que essa licitação tem um orçamento de R\$ 8 bilhões e 600 milhões para os próximos 15 anos.

Algumas empresas chegaram a mostrar interesse nessa licitação, fizeram perguntas oficialmente à URBS sobre o edital, conforme mostrou o repórter Heliberton Cesca, desta Gazeta.

Um dos empresários da Trans Isaak jurou que apresentaria proposta. No entanto, na hora H, as empresas de sempre, algumas lucrando com os ônibus desde que o Prefeito Beto Richa nasceu, compareceram. Apenas empresas de Curitiba compareceram. Por que terá acontecido mais essa frustração? Certamente não foi falta de interesse de outros empresários no negócio.

Quem não quer investimento com retorno de 8,9% ao ano? Um negócio de 700 milhões ao ano?

O que tornou o negócio pouco interessante, então? Seria a necessidade de pagar 10 milhões pela inscrição? Ou a necessidade de pagar 252 milhões pela outorga? Sendo assim, por que interessaram as empresas locais em participar da licitação?

Esses e outros mistérios poderão ser solucionados nos próximos dias. Para isso será necessário, primeiro, que alguns empresários que pretendiam participar da licitação, que prometeram participar da licitação, expliquem por que desistiram, por exemplo. Ou será necessário saber por que para as empresas daqui os 10 milhões pareceram um bom investimento.

Certo até aqui é que quem sai perdendo é o usuário do "busão".

O que me chama a atenção é que nunca conseguimos fazer licitação para o transporte coletivo. Não só de

Curitiba, mas de várias Cidades. Mas especificamente moramos em Curitiba e Região Metropolitana.

O transporte da Região Metropolitana é péssimo. Os ônibus andam lotados, as pessoas são colocadas como animais na Região Metropolitana, os acidentes são constantes, as pessoas sabem que, mesmo dentro de Curitiba, vão ao terminal e vão empilhadas, não há ônibus suficientes nos horários de pico.

Sabemos como isso acontece e acho que esta Assembleia, que tem mais de 20 Deputados de Curitiba e Região Metropolitana, deve ter um olhar especial para essa licitação. Não é possível que continuemos achando que as pessoas podem ser tratadas apenas como sendo mais um número para colocar uma moedinha dentro do caixa das empresas que lucram há mais de 50 anos no transporte coletivo. É preciso uma resposta e essa resposta precisa vir urgente.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Queria registrar neste momento que o nosso colega Deputado Federal e que foi Deputado Estadual por dois mandatos, Ângelo Vanhoni, acabou de assumir no dia de hoje a presidência da Comissão de Educação e Cultura na Câmara Federal. Certamente um paranaense que está em uma das principais Comissões Permanentes do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Neivo Beraldin**)

Esta Presidência se alegra com a notícia, tendo em vista que o nosso ex-colega desta Casa, Deputado Ângelo Vanhoni, tem na sua história política sempre uma preocupação muito grande com a área da Cultura e da Educação em nosso Estado.

No horário da Liderança do PMDB, com a palavra o Deputado Edson Strapasson, por 10 minutos.

Liderança do PMDB: Deputado Edson Strapasson

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero nesta tribuna destacar um evento que considero bastante importante. Hoje pela manhã estivemos no Auditório da FIEP participando de um Seminário, uma palestra promovida pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, sendo que lá participaram, além do seu Presidente, o Edgar Fausto; também o Presidente da SANEPAR; estava lá o Secretário da Habitação, Rafael Greca, representando o nosso Governador Pessuti; estava o Presidente da Associação dos Prefeitos da Região Metropolitana, Edson Basso; o Presidente da CREA, Álvaro Cabrini; o Presidente do Sindicato dos Engenheiros e lá, juntamente com o representante do

Ministério das Cidades, que aqui veio especialmente para participar desse evento, Dr. Márcio Galvão, representando o Ministro Márcio Forte. Pudemos discutir uma tema de grande relevância, especialmente nas grandes Cidades, que é o saneamento.

O saneamento, conforme o slogan lá adotado, é o desafio dos nossos tempos. E por que o desafio dos nossos tempos no plural e não no singular? Porque não é um desafio da atual geração; é um desafio da atual e das futuras gerações, que precisam estabelecer, através dos planos municipais, estaduais e nacionais de saneamento, objetivos e metas de forma a reduzir o nível de poluição que temos hoje nos rios, nos mananciais, especialmente nas grandes Cidades. E lá participamos, com o auditório repleto de muitos técnicos de empresas e de Prefeituras, técnicos de companhias de saneamento, discutindo as diretrizes na questão de saneamento, tendo em vista o que prescreve a determinação da Lei Federal nº 11445/07, que recomenda que cada Município faça o seu plano de saneamento.

Lá pudemos abordar exatamente o tema das Regiões Metropolitanas do Brasil, onde o assunto é muito mais complexo do que é talvez nas Cidades isoladas do Paraná e do Brasil. E por que é mais complexo? Porque vivemos aqui na Região Metropolitana de Curitiba com a área conurbada, hoje, de mais de 3 milhões e 100 mil habitantes, onde cada Prefeito, cada Município vê a sua realidade. Mas a realidade de cada Município afeta a região como um todo, e nós dependemos, como eu coloquei nesse Seminário, de uma articulação mais efetiva, de uma ação articulada entre Prefeitos, lideranças da comunidade, Governador, estabelecer um programa de ação. Porque se aqui vivemos numa Cidade onde temos Curitiba destaque, com nível de saneamento com mais de 70%, também temos aqui na Região Metropolitana as grandes e maiores desigualdades, onde Cidades com pequeníssima capacidade de arrecadação, a exemplo do que vemos em Itaperuçu, Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, e vemos também aqui as grandes desigualdades também na questão de saneamento, Cidades que têm níveis de saneamento, diferentemente de algumas que têm 80% do seu esgoto coletado e tratado, temos aqui Cidades que têm menos de 15% do esgoto coletado, tratado, ou até 0%, como alguns Municípios da Região Metropolitana Norte, do Vale do Ribeira, que sequer tem um metro de rede de esgoto.

Portanto, é importante haver nesta ação do Ministério das Cidades, estar através do PAC liberando mais de 200 milhões apenas para a Região Metropolitana, se ter metas a serem atingidas, onde temos que, primeiro, contemplar e avançar nos índices de coleta de esgoto, Deputado Jonas, daquelas Cidades que não têm nada, antes de avançar naquelas que têm altos níveis de captação e tratamento da rede esgoto.

É importante dizer que temos nesses recursos um aporte financeiro grande, a SANEPAR está trabalhando. Mas como temos problemas estruturais que dependem,

muitas vezes, de uma ação articulada, mais do que nunca é importante que haja uma ação integrada entre Prefeitos e o Estado do Paraná, para que não somente no saneamento ambiental, vemos aí a questão da coleta de lixo, a coleta dos resíduos sólidos que também faz parte dos planos de saneamento, é, é exigido pela lei.

Infelizmente, vemos aí desencontros, desarticulações, conflitos. Muitas vezes o Governo do Estado pensa de uma maneira, a Prefeitura de Curitiba do outro lado, que é um Município polo que tem o maior volume de lixo da região, pensa em outra solução. Aí existem os conflitos, litígios de licitação, do outro lado também os litígios ambientais. Muitas vezes o IAP dificultando que se resolva o problema, e vemos do outro lado o problema ambiental, Deputado Ademir Bier, se agravando violentamente.

Então, defendo, e estamos encaminhando nesta Casa, está tramitando, creio que neste mês de março deve chegar ao plenário, final de março, abril, um projeto que pretende fazer que o novo Governador do Paraná, seja quem for, tenha uma visão real, uma visão pragmática das soluções, dos problemas metropolitanos, porque aqui vive 1/3 da população do Estado do Paraná, tenham a visão da necessidade que temos de trabalhar com projetos permanentes, duradouros, com ação articulada, democrática, participativa; e que a partir do momento que se decida qual é a melhor solução, sigamos adiante. Porque muitas vezes o ótimo é difícil de ser conquistado no momento, mas uma solução razoável, uma solução boa neste momento é melhor para a sociedade, é melhor para o meio ambiente. Vemos, muitas vezes, que pela falta de uma ação efetiva, pela falta de uma política clara, permanente, os nossos mananciais foram altamente prejudicados. A exemplo do que vemos hoje o Governo do Estado gastando R\$ 60 milhões para recuperar o Guarituba em Piraquara, quando há 20 anos, poderia com 10% disso ter implantado políticas de recuperação, de prevenção.

Então, é importante que tenhamos planos definitivos, duradouros que tenhamos soluções compartilhadas com o Município, e é importante que tenhamos o Governo do Estado participando no centro da condução desses programas para estabelecermos uma dinâmica diferente.

Concedo um aparte à Deputada Rosane Ferreira.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Deputado Edson Strapasson, quero me somar ao seu pronunciamento e registrar que o Deputado que o antecedeu falou sobre a questão do lixo e do transporte coletivo. V. Exa. toca na questão do saneamento básico. Se tivermos mais um Deputado que fale da questão da Segurança, hoje, nessa tribuna, estaremos tocando em todos os assuntos que são o calcanhar de Aquiles da organização da nossa Metropolitana. Precisamos de um plano diretor metropolitano; ações conjuntas. Não podemos tratar Curitiba como uma ilha da fantasia, porque ela interage e vive conurbada com todos os Municípios da Região Metropolitana, e o diagnóstico e o prognóstico dessa relação toda é ruim se não tomarmos ações efetivas.

Muito obrigada.

O SR. EDSON STRAPASSON (PMDB)

Muito obrigado, Deputada Rosane, pela sua contribuição. Tenho certeza que nós desta Casa podemos aprovar uma legislação que determine, obrigue, seja qual for o Governante, para que ele estabeleça uma diretriz de ação efetiva de política regional para enfrentar os graves problemas que vivemos e que, muitas vezes pela complexidade, são insolúveis e crescentes a cada dia. E a questão da violência é mais um problema que deve ser enfrentado através de uma articulação de uma ação regional. Não podemos esperar! O tempo urge! Tenho certeza que esta Casa poderá contribuir muito nessas questões de decisão regional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pessoas que estão nos acompanhando pela TV SINAL, e tem muita gente nos acompanhando.

Hoje quero falar de um assunto que outros Deputados já se pronunciaram aqui, mas faz dias que ouço reclamações. E agora a população tem reclamado, os próprios funcionários têm reclamado, e quero trazer esse assunto para ver como podemos ajudar a solucionar.

Antes porém, quero registrar as presenças de lideranças do Município de Sertaneja, o Vereador Jamilson, o ex-Prefeito Roque Pimenta, o Reginaldo Pimenta e o Silvío Júnior. E também registrar a presença do Vereador Rogério, e do Manuel Cardoso, que são lideranças do Município de Quarto Centenário. Quero agradecer as presenças de vocês. Muito obrigado por estarem aqui prestigiando, participando e trazendo as reivindicações dos seus Municípios para que possamos fazer os encaminhamentos aqui na Assembleia Legislativa.

As reclamações chegam para nós, Srs. Deputados. Deputado Elio Rusch, V. Exa. já falou sobre esse tema aqui, não sei como podemos fazer, Deputado Zucchi, porque daqui a alguns dias muda o Governo, pode ser o Osmar Dias o Governador, pode ser o Beto Richa. O Pessuti até nem sei, porque o Governador Pessuti vai ser daqui a alguns dias, falta pouquinho tempo. O que vai ser feito com a COHAPAR? Os funcionários estão numa situação muito difícil; a COHAPAR não está construindo as casas. Qual é a missão da COHAPAR? Qual é a sua função? Para quê existe a COHAPAR? É para ajudar na realização do sonho das pessoas. Deputado Romanelli, V. Exa. foi Presidente da COHAPAR. Na época que V. Exa. era Presidente, eu não era Deputado aqui, mas conheci seu trabalho como consultor do SEBRAE que fui, o senhor conseguiu

fazer um trabalho de construir casas no Paraná inteiro. Hoje, V. Exa. é Líder do Governo e pode nos ajudar.

A COHAPAR não está pagando as contas. É lamentável. Não paga os fornecedores. Como é que pode uma empresa pública do Governo do Estado não pagar as contas? Não pagam o fornecedor, que não fornece novos materiais, não constroem as casas e a COHAPAR está lá, Deputado Elio Rusch, para bonito, porque infelizmente para quem está servindo? O que tem de gente precisando de casa própria aqui no Paraná não é brincadeira! É só andar, de Município em Município, que têm lá pessoas precisando de casa própria. E está aí a COHAPAR que não paga nem fornecedor. Estou fazendo esta crítica aqui não aos funcionários da COHAPAR, porque esses estão lá procurando, se esforçando para trabalhar, mas, segundo informações, a administração da COHAPAR está fazendo com que, infelizmente, esteja muito mal administrada. Aí podem dizer assim: “Mas a culpa é de quem, Deputado Douglas Fabrício?” A culpa é do Governador do Estado. Não adianta falar que a culpa é do Greca. Quem colocou lá o ex-Deputado Rafael Greca foi o Governador do Estado. O atual Governo do Estado, que gosta de discursar, dizer que os outros têm problemas, fazer denúncias para “A” ou para “B”, mas não resolve o problema da COHAPAR, não resolve, não paga fornecedor.

Quem está nos acompanhando em casa fica imaginando a COHAPAR, que está inaugurando meia dúzia de casas e tal. Já faz tempo que não faz isso.

Deputado Pastor Edson, onde estão as casas que prometeram quando o Governo assumiu que ia fazer não sei quantas mil casas? Onde estão construindo essas casas se não pagam nem fornecedores de pedra, de material de construção? Não tem credibilidade. A COHAPAR chegou numa situação profundamente lamentável. Infelizmente, são os funcionários que arcam com essa consequência, funcionários que foram efetivados, fizeram concurso, estão lá para trabalhar e nem serviço acaba tendo, porque está muito mal administrada a COHAPAR. E quero repetir: de quem é a culpa, Srs. Deputados? É do Governador do Estado! Por isso, estamos trazendo essas informações.

Estou recebendo e-mails de denúncias de fornecedores, telefonemas de pessoas que têm relacionamento com a COHAPAR. Existem Prefeitos que tinham promessa que iam construir não sei quantas casas lá na sua região ou na sua Cidade, e não estão construindo. Inclusive fizeram promessas para Vereadores: “Olha, Sr. Vereador, vamos ajudar. Ajude aí a reeleger o Governador do Paraná porque vamos construir casas populares em seu Município para o povo mais pobre”. E aí ficou a promessa e não estão construindo as casas populares para o povo mais pobre. É profundamente lamentável. E nós da Assembleia Legislativa, Srs. Deputados, vamos ficar com ‘cara de paisagem’?

Deputado Artagão, V. Exa. que é da base do Governo, nos ajude a cobrar o Governador Requião antes que ele saia, porque falam apenas alguns dias e dá tempo

para ele tomar uma decisão, mostrando que ele não quer que a COHAPAR continue desse jeito. Porque a COHAPAR está caminhando para a falência e a culpa disso é do Requião.

Concedo um aparte ao Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Parabéns a V. Exa., que sempre traz assuntos interessantes para o debate.

Fui o Prefeito, de toda a história do Brasil, que mais construiu moradias para o povo. Moram nos conjuntos habitacionais que fizemos mais de 160 mil pessoas. Em um determinado momento fizemos uma lei para as pessoas que tivessem pagado mais de 10 anos, que não precisariam pagar mais nada, e depois para o aposentado também. Chegou em um ponto que o valor da prestação era tão insignificante que era mais caro emitir a papelada e colocar em funcionamento a cobrança e resolvemos dar a isenção para milhares de mutuários.

V. Exa. foi muito feliz neste assunto de moradia. Tenho o ponto de vista de que em lugar pequeno no Paraná, que o povo está morrendo de fome e em uma miséria desgraçada, que a COHAPAR deveria quitar essas casas e não cobrar a de mais ninguém. O cidadão não tem nem arroz para botar na panela. Em Município muito pobre, quem não tem emprego, às vezes subemprego, deveria se dar a quitação, não ter que pagar mais nada.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Belinati.

Concordo com a sua posição de que as pessoas pobres e humildes, nos Municípios com dificuldades, precisam ter o apoio da COHAPAR. Como é que vamos ter o apoio da COHAPAR se ela não está pagando nem os fornecedores, que oferecem o material de construção, o necessário para se fazer uma casa? Como é que vamos pesar em um projeto de desenvolvimento?

É profundamente lamentável o carimbo na marca do Governo Requião com relação à COHAPAR. Vejam em que nível se chegou!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputada Rosane Ferreira, no Horário da Lideranças: Bloco PSB/PRB/PV.

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV: Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA. ROSANE FERREIRA

Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputado Scanavaca, quero compartilhar com os senhores e os demais Deputados desta Casa, da minha viagem no final de semana a Guaraqueçaba. Pensei muito em fazer esse pronunciamento, porque temos que usar a palavra com muita propriedade e responsabilidade. E na hora que subo à tribuna para falar das condições da estrada que nos leva ao Município de Guaraqueçaba, com

o intuito de chamar a atenção e tentar levar um bem para aquele Município, posso afugentar ainda mais o turismo daquela localidade.

Mas, de qualquer forma quero tocar em dois assuntos. Ouvi com bastante atenção o pronunciamento do Deputado que falou sobre os programas do Governo que estão sendo eternizados, Deputado Elio Rusch. E entre os programas temos a questão do Leite das Crianças, Luz Fraterna e tantos outros. Quero chamar a atenção para o Programa Paraná em Ação. Na última sexta-feira, atendendo a um convite da coordenadoria desse programa, Dr. Marcílio Machado Sobrinho, fui até Guaraqueçaba. Não conhecia a Cidade e resolvi conciliar as duas questões.

Ao ir, já me deparei com uma situação inusitada. Na BR-277, depois de pagar o pedágio de R\$ 12,70, alto, nos deparamos, no km 31, com um deslizamento. Barreiras interrompendo completamente as vias de acesso que vêm de Paranaguá para Curitiba. Um pedaço de Mata Atlântica sobre a BR-277. Como estávamos indo, a nossa via estava tranquila. Mas, o que me chamou a atenção, quando voltava de Guaraqueçaba, no início da noite, essa rodovia já estava recuperada. Muitas pessoas trabalhando, já tinham derrubado a mureta, já tinham improvisado um acesso pela via que nos leva ao Litoral. Então, eu entendo. O pedágio realmente é alto, mas a eficiência também se faz presente.

Fiquei imaginando, Deputado Belinati, a mão do Poder Público, quanto tempo levaríamos para recuperar. Então, temos que buscar sempre o caminho do meio. Conciliar as duas questões. É importante o Poder Público estar como regulador das políticas públicas, mas é importante também a parceria justa com o setor privado.

Pois bem, a estrada que nos leva a Guaraqueçaba é um caos. Não adianta, sou do Partido Verde, preconizo a preservação, mas temos que dar condições para a pessoa ir e vir. Isso está na Constituição, o direito do cidadão ir e vir. E hoje em Guaraqueçaba as coisas estão difíceis. “Ah, temos que preservar, porque se asfaltarmos teremos a invasão das pessoas, vão dilapidar o patrimônio público”. Mas, como? Fizemos isso com a Estrada da Graciosa e temos lá um ponto turístico importante, onde temos lá preservação, sim! Temos Morretes, uma Cidade encantadora, que tem dificuldades, mas sobrevive do turismo, tem turismo, tem turismo em abundância e vemos lá qualidade de vida. E por que não estender isso até Guaraqueçaba?

Concedo aparte ao Deputado Dobrandino.

O Sr. Dobrandino da Silva: (PMDB)

Parabenizo V. Exa. Deputada, que está defendendo uma questão importantíssima que é o sofrimento daquele povo de Guaraqueçaba. Fui algumas vezes lá, você leva quatro horas para um percurso de 40 quilômetros, quebra os carros; se asfaltar pode preservar da mesma maneira. É um crime deixar aquele povo naquele sofrimento por causa dos ecologistas!

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Concordo com o senhor e me somo, vamos fazer uma indicação legislativa, vamos discutir, sei que vamos estar com o orçamento previsto no ano passado e talvez não tenhamos recursos para efetivar essas ações este ano, mas temos que fazer um movimento para que no próximo orçamento do Estado do Paraná aquela estrada esteja contemplada.

Vimos lá situações completamente inusitadas: oftalmologista, uma vez por mês; uma febre de criança, três horas de barco, três horas pela estrada para atendimento. Claro que vimos questões positivas, está lá o hospital do Estado, quase pronto para ser entregue, uma obra de suma importância e quero parabenizar o Governo do Estado por essa obra, mas precisamos melhorar e muito o acesso àquela Cidade. Sei perfeitamente que o Deputado Romanelli vai estar conosco nessa empreitada de fazermos a estrada que nos leva a Guaraqueçaba, uma estrada parque, um exemplo de preservação, mas dando dignidade e condições de tráfego àquelas pessoas. Isso é importantíssimo!

Para finalizar, quero falar da Ação Global. A Ação Global que foi desenvolvida lá nesse último fim de semana atendeu cerca de 6 mil pessoas, prestando cerca de 27 mil atendimentos. Teve uma situação que me chamou bastante a atenção, que quero compartilhar com os senhores: os serviços judiciais foram destaque nessa edição do Paraná, lá em Guaraqueçaba, por conta de casos inusitados que foram prontamente solucionados pela parceria com o Instituto de Identificação, cartórios, Justiça Federal, Defensoria Pública, Ministério Público, OAB, entre outras instituições. Um dos exemplos é dos 25 integrantes da comunidade indígena Coará e Coatanporan, que fizeram a Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor.

Além desse caso foi feito o registro de nascimento de um adulto de 45 anos, morador da comunidade de Batuva, distante 30 quilômetros de Guaraqueçaba. Nasceu em casa e os pais não fizeram seu registro de nascimento. Esse senhor é casado e tem seis filhos, todos registrados apenas no nome da mãe. No Paraná em Ação foi encaminhado para a Defensoria Pública do Estado, que fez o pedido de registro tardio de nascimento, o Juiz presente ouviu o pai e a mãe de Arnaldo, mais uma testemunha que declarou conhecê-lo desde criança, e depois do parecer do Ministério Público o Juiz deferiu a petição da Defensoria Pública do Paraná e mandou expedir o documento. Com isso ele passou a existir, aos 45 anos de idade, perante o mundo jurídico e poderá fazer o reconhecimento da paternidade dos filhos que até então não tinham o direito de ter nas suas certidões de nascimento o registro e o nome do seu pai.

Este foi um caso entre muitos, mas lá se fez exames de saúde, se expediu documentos, orientação para o INSS, um trabalho grandioso do Paraná em Ação, e este trabalho também vamos buscar, sim, transformar numa política de Estado! Hoje temos o Paraná em Ação como uma política de Governo, mas temos que buscar transfor-

mar isso numa política de Estado. Quem dera podermos viver num momento na nossa sociedade onde não precisemos fazer mutirões para levar cidadania, mas enquanto isso não acontecer são ações como essas que garantem a cidadania dos nossos paranaenses.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se à Ordem do Dia.

Antes porém, quero lembrar aos Srs. Deputados que a requerimento do Deputado Fernando Scanavaca, teremos a antecipação da Sessão Ordinária de quinta-feira para logo após esta, onde promulgaremos Emenda Constitucional. Portanto é importante a presença de V. Exas.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação n° 029/10 de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Saúde a necessidade do Município de Nova Londrina, de uma ambulância devidamente equipada, ou micro-ônibus para transporte de pessoas portadoras de enfermidades que não podem ser tratadas no Município (por falta de tratamento especializado). **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 030/10, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Governador do Estado a necessidade do Conselho Tutelar do Município de Marialva, de receber em regime de doação um veículo, usado para desenvolvimento das suas atividades no atendimento a crianças e adolescentes do Município. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 031/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Exmo. Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a instalação de um poço artesiano no Distrito de Vila Candeia, no Município de Maripá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação n° 032/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, solicitando ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, a infraestrutura para o curso técnico profissionalizante de bares e restaurantes oferecido pelo Colégio Unidade Polo de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente.

Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Francisco Bühner, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 406, de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, constante do expediente, requerendo antecipação da Sessão ordinária do dia 04 de março (quinta-feira), para logo após o término da presente Sessão, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 008/10, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N° 008/10
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública o Abrigo de Menores São Vicente de Paulo - Obra Unida à Sociedade de São Vicente de Paulo - SSPV, com sede e foro no Município de Engenheiro Beltrão.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01/03/10.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 020/10, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública a Organização Cultural e Ecologia Missal Orcemis, com sede no Município de Missal e foro no

Município de Medianeira. **Aprovada. (Publ. no DA n° 003/10, de 08/02/10, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 357/09, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Sérgio Henrique Sampaio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 139/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que denomina Professor José Hiran Sallée a Usina do Conhecimento de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 515/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que disciplina a indicação de nomes de escolas em todo o Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CECT. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CECECT. **(Publ. no DA n° 113/09, de 28/09/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 515/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo disciplinar a indicação de nomes de escolas em todo o Estado do Paraná.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Sala das Comissões, em 24/11/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI N° 515/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por objetivo disciplinar a indicação de nomes de escolas em todo o Estado do Paraná.

Meritoriamente o projeto disciplina que, quando da indicação de nomes para as escolas estaduais do Paraná, necessariamente sejam escolhidos nomes de pessoas que efetivamente tiveram sua história vinculada a área da educação do Município, do Estado e do País quando for o caso. Disciplina também a obrigatoriedade da mudança dos nomes das escolas que eventualmente não atendam hodiernamente ao requisito proposto.

No entanto, no que tange a competência da Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Ciência e Tecnologia, verificou-se que, sendo a educação um tema amplamente abrangente, inúmeras personalidades tem contribuído para sua construção, bem como para uma sociedade mais justa igualitária e fraterna, possuindo virtudes que lhes permitem receber homenagens desta natureza.

Isto posto, esta comissão apresenta seu parecer favorável na forma do substitutivo geral em anexo e opina pela sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 01/03/10.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

SUBSTITUTIVO GERAL DA
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PROJETO DE LEI N° 515/09

P A R E C E R :

Art. 1º Fica disciplinado que os nomes das escolas em todo o Estado do Paraná, sejam preferencialmente para homenagear pessoas que foram ligadas a área de educação no Município, Estado e no País.

§ 1º Será optativa a mudança de todos os nomes das escolas estaduais que não preencham os requisitos do *caput* deste artigo. Esta, condicionada ao requisito do parágrafo segundo.

§ 2º A mudança de nomes das escolas já existentes fica condicionada a plebiscito na comunidade escolar (alunos, pais, funcionários e professores da respectiva escola), a ser realizado conjuntamente com as eleições para escolha de direção escolar.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 06/12/09.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
BETI PAVIN - Relatora

JUSTIFICATIVA:

A razão da proposição do substitutivo geral é assegurar que a escolha do nome das escolas estaduais, possa preferencialmente homenagear personalidades vinculadas a educação. Ademais, assegura também que personalidades, reconhecidas e respeitadas pela comunidade em razão do seu trabalho em favor da mesma, também possam ser homenageadas.

Sob o aspecto da democracia, o substitutivo condiciona a mudança de nomes ao requisito de plebiscito junto a comunidade escolar.

Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, com o devido respeito que o Deputado autor da presente proposição, Nereu Moura, merece,

data vênia, inclusive pelo parecer recebido no âmbito da CCJ, quero encaminhar contrário à constitucionalidade desse projeto de lei, tendo em vista que o parecerista não observou o disposto no artigo 238 da Constituição Estadual. Porque o que propõe o projeto do Deputado Nereu Moura? Propõe que preferencialmente as escolas públicas estaduais receberão a denominação de pessoas que, durante a sua vida, tenham sido ligadas à área da Educação. E no parágrafo único, diz o Deputado Nereu Moura: *Fica obrigatória a substituição gradativa dos nomes de pessoas que denominam escolas ou colégios estaduais, para poder atender o disposto no caput do artigo do projeto.*

Ora Sr. Presidente, o artigo 238 da Constituição Estadual estabelece, de forma muito clara e objetiva que é vedada a alteração de nomes dos próprios públicos estaduais e municipais que contenham o nome de pessoas, fatos históricos ou geográficos. Salvo para correção ou adequação aos termos da lei.

O ordenamento constitucional vigente, norma que está em vigor no Estado do Paraná, e sabemos a feitura do ordenamento jurídico do nosso País, a Constituição está acima da legislação infraconstitucional. Não pode uma lei estadual afrontar a Constituição no caso específico, Constituição deste Estado, e todos juramos respeitar.

Por isso encaminho à constitucionalidade, porque se fôssemos cingidos ao *caput*, poderia se observar uma regra que preferencialmente, a partir da edição dessa lei, poderão ser nominados apenas com nomes de educadores nas novas escolas.

Quando o legislador ordinário, como aqui no caso Nereu Moura vincula, torna obrigatória a substituição, olhando de forma retroativa essa denominação. Indiscutivelmente é uma afronta à Constituição. Há um substitutivo preparado pela Comissão de Educação que trata de um processo mais democrático nessa escolha. Embora seja também, na minha avaliação, ilegal, por conta que é competência da Assembleia Legislativa ou do Poder Executivo essa escolha.

Mas sobre a constitucionalidade, indiscutivelmente é flagrantemente inconstitucional o projeto. Por isso que pela inconstitucionalidade encaminho pela rejeição da presente proposição, respeitando o autor que integra a nossa Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro. É uma pessoa que, além de tudo, é amigo pessoal que temos nesta Casa.

A proposta não pode prosperar, por conta de afronta ao ordenamento constitucional, especificamente no artigo 238 da nossa Constituição Estadual.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Para Encaminhar)

Entendo a preocupação do Deputado Romanelli, Líder do Governo, e também entendo a preocupação do Deputado Nereu Moura. Não vejo o Deputado Nereu Moura aqui no plenário.

Até para que houvesse entendimento, e em respeito até ao Deputado Nereu Moura, de repente pudesse ser retirado da pauta esse projeto por cinco ou 10 Ses-

sões, para que essa dúvida, o Líder do Governo e o Deputado Nereu Moura possam buscar esse entendimento. O projeto poderá ser arquivado, para que possamos respeitar a Comissão de Constituição e Justiça que deu parecer favorável.

Proponho um requerimento de retirada por 10 Sessões da Sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Coloco em votação o Requerimento nº 452, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 515/09.

Consulto os Deputados que estiverem de acordo com o requerimento do Deputado Elio Rusch que permaneçam como estão. Os contrários que se manifestem.

Está portanto aprovado o requerimento.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 515/09.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 597/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. **Aprovada. (Publ. no DA nº 130/09, de 28/10/09, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 597/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo instituir a Política Estadual da Saúde do Homem.

Fundamentação

Sobre a iniciativa do projeto de lei em análise, este se encontra em conformidade com o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, que dispõe:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem a Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ainda sobre a iniciativa, o artigo 65 da Constituição Estadual traz que:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Também se encontra em consonância com o artigo 24, XII e artigo 23, II, da Constituição Federal, que dispõe sobre competências:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifo nosso)

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; (grifo nosso)

A Constituição do Estado do Paraná estabelece o direito e dever à proteção a saúde, em seu artigo 167:

Art. 167. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, redução e eliminação de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

Parágrafo Único. Ao Estado, como integrante do Sistema Único de Saúde, compete implementar ações destinadas a cumprir as atribuições referidas no artigo 200 da Constituição Federal.

Quanto à técnica legislativa utilizada, observa-se que o presente projeto de lei está em plena conformidade com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 095/98.

Pelo acima exposto, o presente projeto de lei, merece prosperar.

Conclusão

Desta forma, havendo legitimidade do Parlamentar para tal proposição, somos pela aprovação do presente projeto de lei, por se tratar de um projeto constitucional e legal, prosseguindo a tramitação da presente proposição.

Sala das Comissões, em 15/12/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
JOCELITO CANTO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 597/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dr. Batista, institui a Política Estadual da Saúde do Homem.

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde Pública, encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo instituir a Política Estadual da Saúde do Homem, mais de uma referência histórica, trata-se de uma oportunidade, portanto, desenvolver os mecanismos de incentivo possível os males que possam manifestar-se.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto, apresentando parecer favorável ao Projeto de Lei nº 597/09.

Sala das Comissões, em 16/12/09.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
MARCELO RANGEL - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 450, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, quero encaminhar contrário à aprovação do presente requerimento, pedindo sua rejeição.

Há, indiscutivelmente, um princípio no Estado republicano no qual vivemos, que é da harmonia entre os Poderes. O pedido de informações do Deputado Jocelito Canto viola, justamente, este dispositivo, na medida em que ele quer entrar no âmbito e na esfera de um outro Poder, para poder detalhar aquilo que está estabelecido em lei. Ou seja, todas as gratificações ou funções de chefia e as demais concessões estão devidamente publicadas, no Diário Oficial da Justiça, neste caso concreto.

Ao mesmo tempo, Presidente, há um órgão de controle interno do próprio Poder Judiciário e a Assembleia Legislativa, através do Tribunal de Contas, órgão que integra este Poder, fiscaliza todos os atos e procedimentos do Tribunal de Justiça, do Poder Executivo e da própria Assembleia Legislativa.

Penso que este pedido não cabe, do ponto de vista da relação harmônica que devemos ter entre os Poderes constituídos do Estado do Paraná. Efetivamente não sei qual o objetivo do autor, mas indiscutivelmente entra naquilo que é economia interna, da administração do Poder, que sabemos que todos os atos que são praticados pela Presidência do Tribunal de Justiça, que são atos havidos, do devido processo legal, anterior, ou seja, tudo é feito em função da lei. E, claro, obedecido o rito da publicação.

Então, Sr. Presidente, quero aqui encaminhar contrário, rejeitando o presente requerimento de pedido de informações do Deputado Jocelito Canto.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, mais uma vez lamento que nosso eminente Desembargador Luiz Claudio Romanelli não queira permitir que façamos este pedido, que cabe a esta Casa. Não há nada que proíba se fazer este tipo de

pedido. Só lamento que ele encaminhe contrário, porque estamos acompanhando toda esta questão de salários de R\$ 100 mil, e assim por diante, e que ninguém quer investigar.

Então, estamos apenas pedindo informações. O Deputado Luiz Claudio Romanelli não está na questão da internet. Não existe este tipo de coisa. Estamos vivendo na era da transparência. Nada custa esta informação.

Peço aos companheiros que votem favorável, porque é uma forma de apenas buscarmos as informações. Pedido de informações não faz mal à ninguém. Mas, como Deputado Luiz Claudio Romanelli tem o costume sempre de defender e vir com esta história de harmonia entre os Poderes, a harmonia entre os Poderes é importante, deve existir sempre, mas deve haver o pedido de fiscalizar. Acho que o principal ponto desta Casa é fiscalizar.

Só lamento, mais uma vez, que o Deputado Luiz Claudio Romanelli tenha tomado esta conduta. Não entendi o porquê, mas no fundo compreendemos o que quer o Deputado Luiz Claudio Romanelli, afinal é um político já tradicional do Estado do Paraná e já o conhecemos lá de trás, dos tempos da COHAPAR.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a votação. Os Srs. Deputados favoráveis ao requerimento votam com a expressão SIM, os Deputados contrários votam com a expressão NÃO.

Trinta e um Srs. Deputados votaram, sendo 27 votos NÃO, duas abstenções e dois SIM. Está **rejeitado o requerimento**.

Requerimento n° 453, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 454, de autoria da Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para discutir, Sr. Presidente, porque não tenho em mãos o pedido que foi formulado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento n° 405, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 408 a 432, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 433 e 434, de autoria do Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 437, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 439 a 441, de autoria do Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 444 a 447, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados**. À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra antecipada do dia 04 (quinta-feira), para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Deputado Fernando Scanavaca, a qual será transformada em Sessão Especial para promulgação da Emenda Constitucional n° 026.

Levanta-se a Sessão.

Publicações Administrativas:

Diretoria de Apoio Técnico

Minuta de Contrato

MINUTA DE CONTRATO

Modalidade: Convite n° 004/10 - Protocolo n° 7123/10.

Objeto: Divulgar materiais de interesse desta Assembleia Legislativa.

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Contratada: Publicita Agência de Publicidade e Editora Ltda.

Valor: R\$ 74.000,00 anuais.

Vigência: 02/03/10 à 31/12/10.

Dotação: 3390.3900

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 014

15ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	36
Presenças	36

Abertura da Sessão	36
Emenda nº 026/09.....	36
Orador:	
Dep. Elton Welter	37
Promulgação da Emenda	37
Encerramento da Sessão	38

DIÁRIO Nº 014

15ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE MARÇO DE 2010

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Alexandre Curi e Pastor Edson Praczyk.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Elton Welter, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fernando Scanavaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Milton Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Pérciles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Waldyr Pugliesi e Wilson Quinteiro (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Valdir Rossoni, Ademar Traiano, Duílio Genari, Mauro Moraes, Ney Leprevost e Stephanes Júnior (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Cida Borghetti e o Sr. Deputado Fábio Camargo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária Especial, antecipada do dia 05 de março (quinta-feira), conforme requerimento aprovado, de autoria do Sr. Deputado Fernando Scanavaca, informando que a Sessão será transformada em Sessão Especial, para a promulgação da Emenda Constitucional.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Mesa da Assembléia Legislativa irá, na presente Sessão, promulgar a Emenda nº 026/09, que altera a redação do parágrafo 1º, artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Emenda nº 026/09:

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, que proceda a leitura dos termos da Emenda nº 026 à Constituição Estadual.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Alexandre Curi**)

(Lê):

EMENDA Nº 026

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ PROMULGA, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 64 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL A SEGUINTE

EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º O parágrafo primeiro do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 133...

I-...

II-...

III-...

§ 1º A lei que institui o Plano Plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações do Governo observando políticas sociais que garantirá a dignidade da pessoa humana, inclusive com o pagamento pelo Estado, da tarifa do consumo de água e esgoto e de energia elétrica e dos encargos decorrentes para as famílias carentes, na forma da lei. (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", 03/03/10.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

VALDIR ROSSONI - 2º Secretário

Orador:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo neste instante a palavra ao Deputado Elton Welter.

Deputado Elton Welter (PT)

O SR. ELTON WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar queria agradecer a todos os membros deste Poder Legislativo, a todos os Deputados, Deputadas, inclusive funcionários da Casa. E reconhecer que pelo apoio dos senhores o Paraná, a partir desta data, passa a ter na Constituição a garantia de um programa de Governo, iniciado neste Governo do Governador Requião, tanto da Tarifa Social da Água, como da energia elétrica, vão para a Constituição. Alguns questionam: "Isso vai aumentar despesa, criar problemas para o próximo Governador". Mas senhores, foi unânime a votação daqui. Por isso que emenda à Constituição tem Comissão Especial constituída, por isso que emenda à Constituição tem parecer, onde há indicação de todos os líderes partidários; por isso que emenda à Constituição em quórum qualificado. E olha, Sr. Presidente, foi unânime a votação dos Pares desta Casa.

Quando o Estado se preocupa e se garante na Constituição, ajudar os mais pobres naquilo que é essencial à vida do cidadão, que é a água e a energia elétrica, estamos acertando, estamos legislando. Por isso que é emenda à Constituição, por isso que garante uma política de Governo ser transformada numa política de Estado. Isso é garantir cidadania às pessoas, é garantir inclusão social.

Esta Casa pode se orgulhar dessa matéria, que certamente vai marcar época, vai dar garantia para que todos os planejamentos dos próximos Governadores façam a inclusão da despesa que vai ser gerida para pagar a tarifa social da água e da energia elétrica para as famílias mais pobres do Estado do Paraná.

Esperamos que a condição socioeconômica dos paranaenses melhore ano a ano, e na sequência serão diminuídas as famílias atendidas. Ou a critério do Governador, podendo ampliar, se quiser, melhorando a renda, porque hoje para ser beneficiado pela Tarifa Social da Água tem que ter renda *par capita* de até dois salários-mínimos. Isso depende do Governador. Mas hoje, com essa emenda à Constituição, fica garantido que as famílias pobres, que são beneficiadas pelos critérios atuais, possam ter continuidade dos programas sociais da água e da energia. Isso, certamente, fará com que o planejamento da gestão orçamentária, a PPA, os orçamentos dos próximos anos e dos próximos Governadores tenha que prever esses gastos para garantir a distribuição de renda indireta.

É uma das melhores iniciativas que esta Casa já tomou. Por isso, muito obrigado pela unanimidade de V. Exas. Este Poder Legislativo dá um grande presente para mais de 1 milhão de paranaenses.

Muito obrigado.

Promulgação da Emenda:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Receba os nossos cumprimentos, bem como a todos os Deputados que, por unanimidade, aprovaram esta emenda. E como bem disse o Deputado Elton Welter, engrandecer este Poder.

Esta Presidência, neste instante, irá proceder à promulgação da Emenda nº 026 à Constituição do Estado do Paraná: a Mesa da Assembleia Legislativa promulga, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 64 da Constituição Estadual, a Emenda nº 026 à Constituição do Estado do Paraná.

Convido o 1º Secretário, Deputado Alexandre Curi, para pôr sua assinatura no autógrafo da emenda que acabo de promulgar. Da mesma forma esta Presidência convida o Sr. Secretário Pastor Edson Praczyk a pôr a assinatura no autógrafo da Emenda nº 026 à Constituição do Estado.

Esta Presidência declara promulgada a Emenda nº 026 à Constituição do Estado do Paraná. Determina sua publicação no Diário da Assembleia Legislativa e no Diário Oficial do Estado, para que produza os efeitos legais. Os meus cumprimentos a todos!

Antes de encerrar a Sessão, gostaria de anunciar a presença do Vereador Márcio Caldelari, de Campina da Lagoa, ele companheiro do Deputado Plauto Miró.

Pela ordem, o Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um comunicado a esta Casa: tivemos a greve da Guarda Municipal, alguns dos senhores acompanharam, e ontem à noite foi encerrada essa greve de uma forma muito positiva. A Prefeitura entendeu que deveria fazer um reajuste de 19.9% para a Guarda Municipal, mas ficaram 179 funcionários ainda fora dessa condição, numa classe especial que possivelmente serão enquadrados mais à frente.

Então, quero cumprimentar aqui o sindicato e os trabalhadores que, durante todo esse tempo, acreditaram na possibilidade de negociação e na vitória através da sua mobilização.

Fica este comunicado.

Muito obrigado.

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 025/10 e do Projeto de Resolução n° 003/10.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 597/09.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 687/09.

Levanta-se a Sessão.

